

CLIPPING SEMANAL DE MINERAÇÃO 15 a 20 de setembro de 2014

(Coordenação: Karen C. Nasser de F. Borges, Ad Hoc Consultores Associados Ltda)

DESTAQUES DA SEMANA

Estatisticamente, os destaques do noticiário mineral da semana são a queda brutal nos preços do minério de ferro, a debacle financeira do mega-empresário Eike Batista, a tentativa de trocar a relatoria do projeto de lei do Novo Marco da Mineração e expressivo volume da participação das empresas de mineração no financiamento da atual campanha política.

Sem dúvida, todos esses assuntos são importantes e merecem uma atenção de todos nós do Setor Mineral, sobretudo a desproporcionalidade entre a contribuição do Setor para os partidos políticos e a importância que estes dispensam à mineração. No entanto, a nosso ver, a matéria que merece destaque nesta semana é a reversão no status da indústria brasileira de alumínio, que passou de exportador a importadora. E a importância dessa notícia está mais no que não é dito nas reportagens breves que abordam o assunto do que pelo que está escrito. Detentor de uma das maiores reservas de minério de alumínio do mundo e de um potencial hidrelétrico que permite produzir energia a baixos custos com um mínimo de efeitos nocivos sobre o Clima Mundial, o Brasil perdeu sua condição de grande fornecedor do mercado mundial de alumínio, passando a ser dependente de outros mercados, como a China, que processa nossa matéria prima mineral, inclusive, e nos fornece os produtos acabados de maior valor agregado.

Quando se colocam na balança nossas vantagens naturais - o potencial mineral e energético do Brasil – vis a vis à nova condição de dependência, fica clara a razão do destaque dado para a notícia: o Brasil não tem capacidade político-administrativa de agregar valor a seus recursos naturais. A contínua decadência e permanente quadro de crises que afetam esses dois segmentos fundamentais para o desenvolvimento sustentável do país não tem em suas raízes fatores ligados à escassez de recursos ou matérias-primas, mas à total escassez de competências político-gerenciais para assegurar a competitividade de nossas ricas jazidas mineral e de nosso riquíssimo potencial hidrelétrico. Distorções prolongadas nas ações das Políticas Públicas voltadas pra esses setores estão destruindo as vantagens naturais do Brasil, comprometendo seriamente o desenvolvimento sustentável do País.

Não será surpresa se começarmos a assistir a multiplicação de indústrias de base mineral em nossos vizinhos, sustentadas pela compra, a baixos preços, de matéria prima mineral brasileira. Pois, como é sabido, o Brasil é um dos grandes financiadores da infra-estrutura que está aumentando a atratividade e a competitividade dos nossos vizinhos continentais para a atração de indústrias, através do empréstimo, a juros até secretos, dos recursos usados na construção de portos, hidrelétricas, linhas de transmissão e rodovias que abrem, lá fora, áreas mais atraentes e mais competitivas do que o Brasil para a implantação de projetos de transformação de produtos minerais. Assim, em breve, será mais interessante processar bauxita brasileira no Paraguai ou investir na bauxita cubana do que se meter nas querelas tributárias, ambientais e burocráticas que estão tornando o Brasil um país ou muito caro ou inacessível para a implantação de grandes projetos industriais estratégicos.

Luciano de Freitas Borges – Ad Hoc Consultores Associados Ltda.

1-15/09/2014

GOIÁS TEM GRANDE POTENCIAL PARA PRODUÇÃO DE TERRAS-RARAS

O geólogo e professor da Universidade de Brasília (UnB) Nilson Botelho defendeu mais investimentos em pesquisa mineral para terras-raras no nordeste de Goiás, durante palestra ministrada na quarta-feira (10), no Ministério de Minas e Energia (MME).

“Nessa região, há uma concentração muito grande de granitos tipo-A, de onde podem ser retirados os elementos terras-raras”, explicou. Os elementos terras-raras têm amplo uso na fabricação de baterias para veículos elétricos, na fabricação de magnetos de turbinas eólicas, em telas LCD, e nas lâmpadas de LED, entre outras utilidades.

Segundo Botelho, a região da Província Estanífera de Goiás vem se destacando pelo grande potencial para a produção desses elementos, principalmente para as terras-raras pesadas, associados aos granitos tipo-A. Na província, o Maciço Granítico Serra Dourada tem potencial equivalente a depósitos mundiais de grande importância, de acordo com Botelho. Nessa área, os as terras-raras são encontrados principalmente em granitos, mas também em outras formas de ocorrências e de concentrações, tais como aluviões, argilas adsorvidas, entre outros.

Na Província Estanífera de Goiás, outras áreas são estudadas pela UnB, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e por algumas empresas, que constataram que há grandes concentrações desses elementos nos maciços de Pedra Branca e Mocambo.

Investigações preliminares nesses locais indicam a existência dos mesmos processos concentradores de terras-raras, principalmente de elementos terras-raras pesados e ítrio, encontrados também em Serra Dourada. Segundo dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a região possui a maior concentração de áreas requeridas para elementos terras-raras, avançando até o sudeste de Tocantins.

O Brasil é rico em terras-raras, que são 17 elementos químicos utilizados em tecnologias de ponta, como ímãs que aumentam a capacidade de geradores elétricos. Botelho afirmou que atualmente a China detém mais de 87% da produção de terras-raras e o Brasil é responsável por apenas 0,28% da exploração desses minérios. Segundo o palestrante, a partir de 2005, a disponibilidade dos elementos terras-raras no mundo se tornou mais crítica, pela falta de investimento dos países e sua dependência da China, que controla o mercado internacional.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Álvaro Prata, vários países, inclusive o Brasil, estão

investindo em pesquisa e produção desses elementos, com o objetivo de minimizar a dependência da produção chinesa.

Na Universidade de Brasília, um grupo realiza pesquisas sobre granitos e mineralizações associados, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de acordo com Botelho. As informações são da Assessoria de Comunicação Social do Ministério de Minas e Energia.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

2-15/09/2014

Acordo da Vale com Cosco poderá abrir portos da China para Valemax

Por **Francisco Góes | Do Rio**

Berge Everest foi o primeiro Valemax a atracar no Centro de Distribuição de Teluk Rubiah, da Vale, na Malásia

O acordo acertado entre a Vale e a empresa de navegação China Ocean Shipping Company (Cosco), na sexta, em Pequim, pode ser um primeiro passo para que as autoridades chinesas autorizem a atracação dos navios mineraleiros Valemax nos portos do país. Pelo acordo, a Vale vende para a Cosco quatro desses grandes navios e, em contrapartida, aluga essas embarcações por período de 25 anos. As duas empresas também devem assinar contratos de afretamento envolvendo dez novos Valemax, que serão construídos pela Cosco.

O mercado recebeu bem o anúncio. O Citi avaliou o acordo, em relatório, como um entendimento potencialmente positivo para a atracação na China dos grandes mineraleiros, os quais têm capacidade de transportar 400 mil toneladas de minério de ferro. Para o banco, a capacidade adicional em termos de navios, com os dez novos Valemax a serem construídos pela Cosco, deve ajudar a manter as taxas de frete baixas. O Citi destacou que os custos de frete são um elemento-chave para a Vale no atual cenário de preços baixos do minério de ferro. Os Valemax, além de transportar mais minério, consomem menos combustível e reduzem as emissões de carbono em relação a navios de menor porte.

Uma fonte disse que nunca houve proibição oficial para os Valemax entrarem na China. Mas, ao mesmo tempo, os navios nunca foram autorizados a operar à plena carga nos portos chineses. A Vale atracou alguns navios Valemax em portos chineses, mas em condições especiais, com volumes menores, e adaptações. No mercado, a restrição ao Valemax foi sempre interpretada como um "lobby" dos armadores chineses que se sentiram prejudicados pelo movimento da Vale de construir os maiores mineraleiros do mundo. As empresas de navegação chinesas passaram a ver a Vale como concorrente, o

que sempre foi negado pela mineradora brasileira. A Vale passou a considerar a venda dos navios próprios para armadores fechando contratos de aluguel das embarcações.

No total, a Vale conta com uma frota de 35 Valemax, dos quais 31 estão em operação e quatro em construção. Da frota total, 16 navios são contratados de armadores, os donos das embarcações. E 19 Valemax são próprios da Vale. Esse número deverá cair para 15 unidades depois que for fechada a operação com a Cosco, cujo valor ainda não foi divulgado. No mercado, há estimativas de que os quatro navios possam ser vendidos por valores totais entre US\$ 400 milhões e US\$ 600 milhões. Será uma receita adicional para a Vale.

Ter ou não o navio próprio é uma estratégia financeira. A lógica é garantir fretes nos navios contratados junto aos armadores que sejam menores do que seriam esses mesmos fretes caso os navios fossem de propriedade da Vale. No mercado, a transação com a Cosco despertou a expectativa de que a Vale venha a fazer outros acordos para transferir parte ou toda a frota dos 15 Valemax que ainda vão ficar em propriedade da empresa.

A frota atual em operação da Vale, de 31 Valemax, já atracou nos portos de Ponta da Madeira e Tubarão (Brasil), Roterdã (Holanda), Taranto (Itália), Oita, Kimitsu e Kashima (Japão), Villanueva (Filipinas), Gwangyang e Dangjin (Coreia), Sohar (Omã), no centro de distribuição Teluk Rubiah da Vale (Malásia), além dos portos de Dalian e Lianyungang (China). As duas estações de transferência de minério da Vale em Subic Bay, nas Filipinas, também já receberam as embarcações. O centro de distribuição da Malásia e as estações de transferência das Filipinas são alternativas logísticas importantes enquanto a Vale não consegue as autorizações para entrar com os Valemax na China. A Vale exportou 74 milhões de toneladas de minério de ferro por meio dos Valemax.

3-15/09/2014

Após repactuação com governo, Transnordestina descumpre prazos

Por **Murillo Camarotto e Daniel Rittner** | De Brasília

Um termo de ajustamento de conduta, um aditivo de quase 70% e um novo contrato não foram suficientes para colocar nos trilhos a ferrovia Transnordestina. Poucos meses depois de se envolver em um pandemônio burocrático para tentar destravar a obra, o governo se vê novamente exposto à constrangedora situação de descumprimento de prazos recém-negociados, com um agravante: as sanções previstas são financeiramente insignificantes para o bolso dos donos do empreendimento.

Originalmente estimada para 2010, a entrada em operação da estrada de ferro é uma realidade cada vez mais distante. Em julho deste ano venceu o primeiro prazo estipulado

no contrato de concessão, que só foi assinado em 22 de janeiro deste ano, quase oito anos após o início das obras. O primeiro compromisso previsto no instrumento era a entrega de um lote da ferrovia no trecho entre a cidade de Salgueiro e o porto de Suape, em Pernambuco. A entrega não aconteceu, mas a punição se limitará a uma advertência.

Pelo que consta no contrato, a primeira sanção financeira para a concessionária só poderá ser aplicada em janeiro de 2015, quando tem que ser entregue o trecho de 163 km entre Salgueiro (PE) e Trindade (PE). Depois disso, eventuais atrasos só vão pesar no bolso dos donos da obra em outubro de 2016. Ainda assim, as multas serão irrisórias se comparadas ao custo total da ferrovia, hoje estimado em pouco mais de R\$ 7,5 bilhões.

Responsável pela gestão do contrato, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) confirmou ao **Valor** o descumprimento do primeiro prazo acordado. Segundo a autarquia, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), dona da obra e acionista controladora da concessão, já foi notificada, mas as causas do atraso - que em tese vão balizar a penalidade - ainda estão sendo apuradas. São sócias da CSN na ferrovia a estatal Valec, a BNDESPar e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Este último está aportando mais da metade do capital na obra.

Apesar de todo o histórico de problemas na obra, o contrato prevê apenas advertência para atrasos na entrega de lotes da estrada de ferro.

Com pouco mais de 1.700 km de extensão, a Transnordestina é dividida em cinco trechos, dois menores e três de maior porte. O mais longo tem 522 km e liga Salgueiro a Suape. No Ceará, são 510 km entre Missão Velha e o porto do Pecém. Entre Trindade (PE) e Eliseu Martins (PI) são mais 420 km. Os trechos Missão Velha-Salgueiro (96 km, já concluído) e Salgueiro-Trindade (163 km) completam o trajeto.

Multas só são aplicáveis nos casos de atraso na entrega desses trechos, que são subdivididos em lotes. Ainda assim, os valores previstos são baixos. No caso da Transnordestina, está prevista em contrato a cobrança de 30 mil VBU, como é conhecido o valor básico unitário de transporte, calculado em reais por tonelada útil. Segundo a ANTT, ainda não há um VBU específico para a Transnordestina, mas o valor médio do indicador está hoje em R\$ 19,41. Se considerada esta cifra como referência, a concessionária poderia ser multada em pouco mais de R\$ 582 mil se não entregar os trechos na data marcada. O valor representa 0,0078% do total da obra.

Também expirou em julho o prazo estabelecido pelo governo federal - no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - para a contratação da empreiteira que vai construir o tramo cearense da ferrovia. Desde que a Odebrecht deixou a obra, há exatamente um ano, a CSN tenta sem sucesso o acerto com uma construtora para aquele trecho. Fontes no setor da construção pesada argumentam que o orçamento atual da obra é insuficiente e já circulam informações de que a ferrovia não sai por menos de R\$ 11 bilhões.

Definido em 2005, o valor inicial da Transnordestina era de R\$ 4,5 bilhões. A alta dos custos com equipamentos e mão de obra elevou a cifra em quase 70%, para os atuais R\$ 7,5 bilhões. A revisão só aconteceu após a assinatura, em setembro do ano passado, de um termo de ajustamento de conduta com o governo, que àquela altura já estava bastante irritado com os reiterados atrasos. Havia a expectativa de que a repactuação desse novo ritmo às obras, o que acabou não acontecendo.

Relatórios internos da CSN obtidos pelo **Valor** atestam a grande dificuldade que a empresa terá para tocar o projeto nos prazos e valores vigentes. Auditorias realizadas em dois trechos da ferrovia alertaram a direção da CSN para uma série de inconsistências, que poderiam resultar em explosão nos custos e nos prazos. O documento foi enviado ao Ministério dos Transportes durante a gestão de César Borges, hoje titular da Secretaria Especial de Portos. Procurado, o ministério não havia se manifestado até o fechamento da edição.

A morosidade também preocupa as empresas interessadas em utilizar a ferrovia. Entre as principais cargas previstas estão minério de ferro, soja, milho, fertilizante e gesso. No balanço referente a 2013, a Transnordestina Logística SA, subsidiária da CSN responsável pelo projeto, informou que 41% das obras estavam concluídas e que R\$ 4,6 bilhões já haviam sido investidos. O atual prazo de conclusão está previsto para janeiro de 2017, quase 12 anos após o início da obra.

Procurada pelo **Valor** nos últimos meses, a CSN não quis se pronunciar sobre a obra. Em nota, a assessoria de imprensa da empresa se limitou a desmentir o governo. "A construção da Transnordestina está em curso, seguindo o cronograma ajustado".

4-15/09/2014

MPF denuncia Eike por crimes contra o mercado

O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro (MPF/RJ) denunciou o empresário Eike Batista por manipulação de mercado e uso indevido de informação privilegiada, crimes que podem condená-lo a até 13 anos de reclusão.

O MPF pediu o bloqueio de todos os ativos financeiros de Eike no Brasil assim como de imóveis, carros, barcos e aeronaves no valor total de até 1,5 bilhão de reais para futura indenização dos prejuízos, segundo comunicado da assessoria de imprensa do MPF enviado neste sábado.

Também foi requerido o bloqueio de imóveis doados pelo empresário aos filhos Thor e Olin e à mulher Flávia Sampaio.

Segundo o MPF, o crime de manipulação de mercado ocorreu na ocasião em que Eike teria simulado a injeção de até 1 bilhão de dólares pela compra de ações da OGX, que

depois foi rebatizada de Óleo e Gás Participações e atualmente está em processo de recuperação judicial.

O empresário teria tentado manter os preços das ações elevados artificialmente, mesmo já sabendo que os campos de exploração Tubarão Tigre, Tubarão Gato e Tubarão Areia não teriam a prospecção anunciada.

Já a segunda acusação se refere ao uso de informações ainda não divulgadas ao mercado para se beneficiar com a venda das ações da OGX.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também tem uma investigação aberta para apurar operações feitas pelo empresário na Bolsa de Valores. O grupo EBX tem negado que houve má fé ou uso de informação privilegiada por Eike.

“Se tivesse acesso a informação privilegiada na época questionada e intenção de se valer disso, Eike Batista poderia ter vendido toda sua participação na OGX”, afirmou o grupo EBX quando a investigação da CVM ficou conhecida.

Representantes do empresário não foram encontrados imediatamente para comentar a notícia neste sábado (13).

Fonte: Reuters

5-15/09/2014

DNPM lança Informe Mineral referente ao 1º semestre de 2014

O DNPM lançou o Informe Mineral referente ao 1º semestre de 2014. O Informe Mineral é uma publicação que visa mensurar mensalmente, por meio de levantamento sistemático e periódico, o desempenho da mineração em cada semestre. É composta por artigos que tratam de: nível de produção; comércio exterior, mercado de trabalho, desempenho da arrecadação da CFEM e da TAH e outorga de Títulos Minerários.

O documento já se encontra disponível no site do DNPM na internet no seguinte endereço: <http://zip.net/bxpywP>

Fonte: Minérios e Minerales

6-15/09/2014

ABPM quer a industria mineral fora do MME

“A mineração é indústria e como tal deve estar no MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior)”. Foi o que defendeu o presidente da ABPM (Associação Brasileira de Pesquisa Mineral), Elmer Prata Salomão, durante sessão do Forum Novos Futuros para a Mineração, movimento formado por profissionais e entidades do setor para discutir propostas e soluções visando alavancar o

desenvolvimento da mineração brasileira, que se encontra em processo de semi-estagnação.

Para o dirigente da ABPM, caso seja abrigada no MDIC a mineração poderá ser incluída na política industrial do País, além de estar junto com seus clientes, que são os setores industriais consumidores de matérias primas minerais. Ele acrescenta que a mineração tem sido uma espécie de pária no Ministério de Minas e Energia, que na verdade trata mais de energia, deixando a mineração em segundo plano. “Além disso, o MME não tem nenhuma importância na área econômica”. Pela proposição da entidade, o Serviço Geológico do Brasil, cuja função é gerar informações geológicas básicas para a sociedade, deveria ir para o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Cetem passaria a ser uma espécie de “Embrapa mineral”, uma instituição capaz de desenvolver processos para os nossos bens minerais, visando ao seu melhor aproveitamento.

A proposta da ABPM poderá ser assumida pelo Forum Novos Futuros para a Mineração para ser levada ao novo governo no bojo das outras proposições que estão sendo discutidas. A intenção, segundo os coordenadores do Forum (Renato Ciminelli, Bernardo Viana e Persio Mandetta), é “contribuir para o fortalecimento de um novo protagonismo profissional mais independente e que explore cenários inovadores, propondo transformações que muitas vezes são encaradas como inviáveis”. Dentre os pontos em discussão no Forum, destacam-se: identificação de eixos estruturantes para alavancagem e valorização da mineração brasileira; inovações tecnológicas e científicas que possam contribuir para a competitividade da mineração; questões ambientais e institucionais, com ênfase nos esforços para uma mineração sustentável.

Fonte: Brasil Mineral

7-15/09/2014

Mineradora deverá apresentar plano emergencial para conter novo rompimento de barragem

Os esforços para encontrar o operador de máquinas desaparecido desde o deslizamento de uma das barragens da mineradora Herculano, em Itabirito, Região Central de Minas, continuam nesta sexta-feira ainda com o risco de outro reservatório de rejeitos de minério ceder. A empresa já iniciou desde quinta-feira os trabalhos para tentar conter o dique. Em quatro dias, a mineradora terá que apresentar um plano emergencial ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) definindo os procedimentos que serão realizados na Barragem B3 e indicando o que será feito em caso de um novo acidente.

Os trabalhos para conter a Barragem B3, que fica ao lado do dique que deslizou, já começaram há 24 horas. Funcionários estão colocando pedras para tentar segurar a terra e os rejeitos de minério. As medidas emergenciais foram autorizadas e determinadas pelo DNPM. O órgão já havia feito um auto de interdição que paralisou as operações nas minas e unidades de tratamento de minérios da Herculano. A suspensão é por tempo indeterminado. A empresa terá que cumprir a legislação ambiental, mineral e segurança do trabalhador antes de voltar os serviços.

Técnicos do DNPM voltaram à empresa nesta sexta-feira para avaliar, junto com profissionais da mineradora, as condições geográficas da área para a depois

apresentarem propostas e alternativas técnicas que podem diminuir o impacto ambiental causado pelo acidente. Um relatório técnico da auditoria feita pela órgão, que vai determinar as causas do deslizamento, ficará pronto em 90 dias.

Antes disso, a empresa terá que cumprir algumas determinações feitas pelo Departamento. Além do plano emergencial, a Herculano terá que apresentar as medidas que serão tomadas em relação ao dique que deslizou em um prazo de 15 dias. Em 90 dias, deverá fazer um plano de ações para todas as outras quatro barragens.

Trabalho dos bombeiros

Nesta sexta-feira, continuam as buscas pelo operador de retroescavadeira Adilson Aparecido Batista, de 44 anos, desaparecido desde quarta-feira, quando ocorreu o rompimento da barragem. A procura pela vítima recomeçou às 6h com 20 bombeiros, helicóptero e cães farejadores. Duas retroescavadeiras são usadas para ajudar na retirada de lama, bem perto da máquina onde estava o funcionário da empresa no momento do acidente. Militares também estão vasculhando onde acredita que possa estar Adilson.

Tremor

O rompimento da barragem da Mineradora Herculano gerou vibrações que foram detectadas pela Rede Sismográfica do Brasil. As ondas de superfícies foram registradas até em estações no estado do Amazonas, no Norte do país. A informação é do Centro de Sismologia da Universidade de São Paulo (USP), que mantém a rede, juntamente com a Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o Observatório Nacional (ON).

Fonte: EM

8-15/09/2014

Queda do preço do minério derruba receita em MG

Estadão Conteúdo

A queda acentuada no preço do ferro já é sentida nas cidades de Minas Gerais onde a mineração é importante fonte da economia. No Estado, os repasses da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) caíram 29% de janeiro a julho deste ano. Mas, em cidades como Itabira, maior produtora de ferro, a queda foi ainda mais acentuada e ficou em 62,1%.

Outras cidades também foram prejudicadas no período, situação que se manteve em agosto, conforme mostram os números divulgados na sexta-feira pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Em São Gonçalo do Rio Abaixo, de R\$ 4.374.448,21 recebidos em julho, o Cfem caiu para R\$ 2.900.452,92, valor que acaba de ser repassado à prefeitura.

Na cidade, o prefeito Antônio Carlos Noronha Bicalho (PDT) já havia se reunido antes do fim do primeiro semestre com seus secretários para pedir o corte de gastos na prefeitura. Medidas parecidas foram adotadas em Nova Lima, onde no semestre a arrecadação com o minério caiu 35,2%, e em Brumadinho, cuja queda foi de 33,4%.

Em Brumadinho, segundo o secretário municipal da Fazenda, Geraldo Luiz Machado Resende, a maior receita do município vem dos royalties da mineração e de impostos gerados pela atividade mineradora.

De acordo com a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig), as cidades mineradoras têm até 85% do orçamento dependente dos impostos e contribuições gerados pela mineração. Além da contribuição pela exploração do solo por grandes companhias, são muitos funcionários e empresas que dependem do setor para sobreviver.

No complexo de mineração de Itabira, onde a companhia Vale iniciou suas atividades em 1942, a preocupação maior é com o futuro. São mais de 7 mil trabalhadores na mineração e muitos outros que dependem da atividade. "Se esse pessoal sumir daqui, não sei como vou sobreviver", diz José Rezende Ramos, dono de um comércio local. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

9-15/09/2014

Drones indicam futuro de alta tecnologia para mineração

Melbourne – Minas sem mineradores? Não exatamente. Mesmo assim, um boom tecnológico em robôs, drones, caminhões sem motorista e trens sem condutores está começando a transformar um dos setores que mais trabalho intensivo requerem do mundo, indicando a automatização da logística, das cadeias de fornecimento e do mapeamento, o que permitirá o desenvolvimento de minas em regiões antes consideradas muito perigosas ou remotas para a exploração.

Cerca de 200 caminhões de transporte sem motorista já estão operando em minas de minério de ferro, principalmente na Austrália. Enquanto isso, a gigante da mineração Rio Tinto, que financia um dos maiores programas robóticos não militares do mundo, começará em breve a utilizar trens sem tripulação para transportar cargas para a costa e estabelecerá drones em voo em suas minas remotas.

Os drones podem monitorar estoques, mapear alvos de exploração, rastrear equipamentos e, no futuro, eles poderão entregar encomendas às oficinas, conforme a Accenture – e em um esquema muito à frente daquele previsto por Jeff Bezos da Amazon.com Inc., que deseja que um dia os livros e DVDs da Amazon sejam entregues imediatamente aos clientes por helicópteros em miniatura.

“Venha e me procure mais ou menos em outubro”, disse John McGagh, diretor de inovação da Rio Tinto em Brisbane, Austrália, onde os funcionários utilizam a maior tela de toque do mundo, que admite múltiplos conteúdos, para monitorar as operações de mineração de Utah a Queensland. “Você verá drones voando pelos ares. Não falta muito para isso”.

Robôs e drones

Os avanços tecnológicos no desenvolvimento de drones e robôs ajudarão a criar as minas do futuro em lugares remotos como a Malásia, que poderão ser dirigidas a partir de salas de controle inspiradas na NASA em cidades do primeiro mundo dos EUA e da Austrália. A BHP Billiton, a maior do mundo, a Anglo American e a Rio estão entre as mineradoras que estimulam os esforços para esta corrida global de automação altamente tecnológica, apostando que os novos equipamentos ajudarão a reduzir os custos e a melhorar os retornos, além de possibilitar que elas explorem depósitos considerados até o momento muito complexos ou muito perigosos para os humanos.

“Os drones poderão reduzir as cadeias de fornecimento e transformarão nossa capacidade de monitorar, rastrear e administrar aspectos fundamentais do negócio de mineração que são urgentes em lugares remotos”, disse Nigel Court, líder do setor de recursos naturais para a região Ásia-Pacífico da Accenture, em Perth, Austrália. “Uma das melhores coisas que veremos com os drones é a entrega imediata de peças de reposição, literalmente em poucas horas, que neste momento pode levar dias”. As empresas de mineração têm a vantagem de operar geralmente em regiões remotas, onde os drones não representam possíveis ameaças a populações de alta densidade. Os drones da Amazon vão operar no meio da civilização, o que explica a abordagem cautelosa. A empresa prevê pequenos dispositivos-helicópteros, chamados Octocopters, que entregarão pacotes de até 2,3 quilos, disse o CEO Bezos, em dezembro.

As empresas de mineração têm a vantagem de operar geralmente em regiões remotas, onde os drones não representam possíveis ameaças a populações de alta densidade. Os drones da Amazon vão operar no meio da civilização, o que explica a abordagem cautelosa. A empresa prevê pequenos dispositivos-helicópteros, chamados Octocopters, que entregarão pacotes de até 2,3 quilos, disse o CEO Bezos, em dezembro.

Assustar águias

Os drones já estão funcionando na periferia da indústria de mineração, disse Ray Gillinder, diretor administrativo da HELImetrex Pty, que atualmente fornece quatro veículos aéreos não tripulados (VANTs), como os drones são oficialmente conhecidos, para mineradoras na Austrália. A unidade de mineração da Leighton Holdings, que trabalha para produtores como Glencore Xstrata, possui uma licença para operar VANTs na Austrália e implementá-los para fotografias aéreas, de acordo com a Autoridade de Segurança de Aviação Civil desse país.

Uma mina completamente automatizada, que possa oferecer a precisão alcançada na fabricação de automóveis, está provavelmente a só uma década de distância, de acordo com Rowan Melrose, presidente de automação e tecnologia da unidade de mineração da fabricante de equipamentos Sandvik AB, em Brisbane, Austrália.

Os robôs mineradores, com operadores ou supervisores em salas de controle que podem estar em outro continente, poderiam mudar a equação para recursos como o projeto de

cobre Resolution da Rio, no Arizona, que pode se tornar o maior da América do Norte, de acordo com McGagh, da Rio.

“A profundidade é de 2,5 quilômetros e lá embaixo a temperatura é de 85 graus centígrados. Haverá muitas máquinas lá embaixo”, disse McGagh.

Fonte: Época – Bloomberg

10-15/09/2014

Projeto da Rio Grande Mineração está em fase de desenvolvimento

O Projeto Retiro, desenvolvido pela Rio Grande Mineração, em São José do Norte (RS), segue a todo vapor. A empresa já entregou ao IBAMA o Estudo de Impacto Ambiental, e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima). Segundo a mineradora, a expectativa é que a produção seja iniciada em três anos.

Serão explorados minerais como ilmenita, rutilo e zircão, consumidos pela indústria de cerâmica e pela indústria química. De acordo com presidente da Rio Grande Mineração, Luiz Bizzi, a estimativa é que na primeira fase do projeto a produção seja de 300 mil toneladas anuais dos insumos e que, após dois anos, o volume seja dobrado. Ainda segundo Bizzi, a implantação das duas fases do projeto demandarão um investimento de R\$ 800 milhões. O presidente da empresa adiantou, ainda, que a estimativa é obter em 2015 a licença prévia ambiental. De posse do documento, a empresa começará a levantar investimentos e fechar contratos.

Fonte: Revista Mineração

11-15/09/2014

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA II PRÊMIO HAMILTON PINHEIRO DE JORNALISMO

O Sindicato das Indústrias Mineradoras do Estado do Pará e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Pará, lançaram o II Prêmio Hamilton Pinheiro de Jornalismo, que vai premiar trabalhos jornalísticos que valorizem o desenvolvimento do Pará por meio da mineração.

O regulamento está disponível no site: www.simineral.org.br.

2º PRÊMIO HAMILTON PINHEIRO DE JORNALISMO

MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL. UM LEGADO PARA A NOSSA GENTE.

ATENÇÃO!

Jornalistas (impresso, TV, rádio, web) e revista especializada.

Se você produziu matéria sobre a atividade mineral desenvolvida pelas empresas instaladas no Pará, no período de 01/11/2013 a 31/10/2014.

Inscreva-se já! www.simineral.org.br.



INSCRIÇÕES DE 14/03 A 31/10/2014

PRÊMIOS PARA O 1º LUGAR DE CADA CATEGORIA:

Jornalismo impresso - R\$ 3.000,00

Radiojornalismo - R\$ 3.000,00

Telejornalismo - R\$ 3.000,00

Webjornalismo - R\$ 3.000,00

Revista Especializada - R\$ 3.000,00

**Grande Prêmio HP de Jornalismo
R\$ 5.000,00**



12-15/09/2014

PLANO DIRETOR VAI POTENCIALIZAR SETOR MINERAL NO AMAZONAS

O setor de exploração e transformação mineral deverá ganhar nos próximos anos novo contorno. Entre as apostas, está o fortalecimento da produção de fertilizantes para atender ao agronegócio brasileiro. Até o final do ano o Conselho Estadual de Geodiversidade deve apresentar o Plano Diretor Mineral e de Óleo e Gás do Amazonas 2014 a 2030, que contempla, entre outros segmentos minerais, o de fertilizantes, com objetivo de fortalecer uma grande cadeia produtora do composto NPK (Nitrogênio, Fósforo e Potássio), um dos principais nutrientes da produção de alimentos.

Para fortalecer e dotar o Estado de infraestrutura capaz de viabilizar o ambicioso plano, segundo o secretário da Secretaria Estadual de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos (SEMGRH), Daniel Nava, o Plano Diretor Mineral, sugere a construção de um porto de maiores dimensões na área da foz do rio Madeira, entre os municípios de Autazes, Nova Olinda do Norte, Urucurituba e Itacoatiara. O porto de grande porte vai receber a produção de potássio extraído do mineral silvinita, cujo projeto de exploração está em andamento para ser consolidado no município de Autazes. O local deve movimentar cerca de 2 milhões de toneladas por ano. Por isso, deve contar com melhorias, disse.

Além do porto, o local ainda vai precisar de melhorias nas hidrovias para facilitar o escoamento do potássio. □ preciso ainda fortalecer os investimentos nas hidrovias. A ideia é que as cargas de grãos oriundos do Centro-Oeste cheguem ao Amazonas e que as balsas com os contêineres retornem carregadas de potássio. É uma boa interligação entre o Estado e a região do cerrado, na qual o Estado aproveitará e fortalecerá principalmente os modais fluvial e rodoviário, explica Nava.

O secretário explica que essa grande produção de potássio viabiliza vários projetos industriais que também devem ser trabalhados paralelamente à produção de potássio, que é a produção do NPK, que segundo ele, será complementado com a extração do nitrogênio a partir do gás natural, com grande concentração no Amazonas. O fósforo pode vir de outros entes federativos, extraídos em Tocantins, por exemplo. Isso permite que pensemos a possibilidade de fazer a composição do NPK no Amazonas. Podemos extrair os dois componentes e ter um produto de maior valor agregado e de extrema necessidade à produção de alimentos, frisou.

Potássio

De acordo com o secretário de Mineração, com relação à produção de potássio, o Amazonas é detentor de uma reserva de classe mundial, cujos estudos de prospecção realizados pela Petrobras e da empresa Potássio do Brasil, apontam uma reserva de 2 bilhões de toneladas de silvinita, com viabilidade comercial. A reserva está localizada entre 800 e 1.400 metros no subsolo dos municípios amazonenses de Nova Olinda do

Norte, Autazes, Itacoatiara, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Parintins, Urucará e Maués, seguindo em direção do Oeste paraense.

A reserva de silvinita é o resto de um grande mar que evaporou e solidificou entre 306 e 250 milhões de anos durante a Era Paleozóica. O potássio é um mineral estratégico à produção de alimentos. O Brasil importa cerca de 92% do mineral que representa um volume de 8 e 10 milhões de toneladas anuais. Em 2013, as importações de potássio somaram US\$ 3,324 bilhões e de NPK US\$ 2,628 bilhões. O Brasil só produz cerca de 8% da demanda de potássio, cujo único Estado produtor é Sergipe, em uma mina da Petrobras cedida à companhia Vale.

Plano fortalece e fomenta mineração

O Plano Diretor Mineral e de Óleo e Gás no Amazonas 2014 a 2030 deverá ser concluído até o final do ano. O projeto tem o objetivo de fortalecer e fomentar o setor mineral e de extração de gás natural no Amazonas. O titular da SEMGRH, explica que a elaboração do projeto está em fase conclusiva. Os trabalhos tiveram início em 2011. Órgãos como a Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), o CPRM (Serviço Geológico do Brasil), a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a Seplan (Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico), entre outros, também participam da elaboração do Plano.

O projeto, que tem como base o Atlas de Geodiversidade do Amazonas, publicado em 2010, apresenta metas de ações que devem ser trabalhadas até 2030. Os assuntos a serem trabalhados são: Gasoduto Coari-Manaus; sais de potássio (questões relacionadas a extração e produção de fertilizantes); gás natural com óleo associado; projeto Pitinga (estudo de novos arranjos poliminerálicos); projeto caulim (trata sobre a cerâmica branca e insumos industriais); APL de base mineral (cerâmica vermelha), ouro (extraído na região do rio Madeira e província aurífera Tapajós), APLs (Arranjos Produtivos Locais) de água mineral e agregados referentes à construção civil.

Nava explica que para dar início ao plano, o conselho dividiu o Estado em unidades geoeconômicas, identificando onde estão concentradas as principais minas ou possíveis locais de extração mineral. Além da contextualização das ações de investimento e infraestrutura que serão desenvolvidas durante os próximos anos. Os pontos serão apresentados como agentes do desenvolvimento regional e econômico, reforçando a questão de um ajuste tributário, seja estadual ou federal, para que possamos ter o aproveitamento das receitas geradas dentro do próprio Estado, disse.

Segundo o secretário, um dos quesitos a serem trabalhados durante o desenvolvimento do plano é a atualização dos estudos referentes à extração e produção dos fertilizantes. Ele afirma que os últimos levantamentos feitos sobre o assunto foram apresentados pela Suframa em 2004. Precisamos atualizar os estudos sobre a matriz de fertilizantes para o PIM (Polo Industrial de Manaus). As reservas de potássio ampliaram, ficaram mais consistentes. E para pesarmos em um polo de fertilizantes temos que renovar esses

dados, disse. Ainda precisamos atualizar o estudo do gás químico para averiguar a questão de mercado, das empresas interessadas em aproveitar o gás natural para a produção da ureia, que é parte dos fertilizantes, completou.

O vice-presidente da Fieam, Nelson Azevedo, afirma que o plano reúne propostas que servirão de incentivo para o desenvolvimento do modelo ZFM (Zona Franca de Manaus). Ele conta que o grupo junto aos demais órgãos discute melhorias ao setor mineral há algum tempo e afirma que se tudo correr conforme o planejado, as ações devem sair do papel. Não podemos nos resumir nas indústrias e precisamos incluir outros segmentos onde tenhamos alternativas para o desenvolvimento econômico como o polo naval e o turístico. Há algum tempo falamos sobre os minérios da região. Que a partir de agora possamos ter resultados positivos que possam contribuir com o desenvolvimento econômico da área.

Fonte: Portal Amazônia

13-16/09/2014

A mineração é a terceira maior doadora às campanhas de políticos

A mineração é a terceira colocada no ranking dos maiores contribuintes às campanhas deste ano. Até o momento as contribuições ultrapassam R\$1 bilhão. A maior contribuinte, entre as empresas de mineração, é a Vale que já depositou R\$53 milhões nas contas do PMDB e PT, demonstrando com isso estar mais alinhada com o projeto de reeleição de Dilma...

Fonte: www.geologo.com

14-16/09/2014

AngloGold volta atrás e não vai mais se dividir

A AngloGold informou ao mercado na semana passada que iria colocar os seus ativos internacionais em uma nova empresa e vender ações para levantar US\$2,1 bilhões e pagar o Governo da África do Sul. Hoje ela volta às notícias e diz que irá abandonar esse plano.

O principal motivo, por trás do retrocesso, é à péssima receptividade deste plano entre os acionistas. A empresa informa que vai continuar avaliando novas opções para reduzir o seu débito e melhorar as finanças. A AngloGold tem 20 minas de ouro em 10 países e produziu 4,1 milhões de onças de ouro em 2013.

Fonte: www.geologo.com.br

15-16/09/2014

Acordo da Vale com Cosco é bom sinal, diz Barclays

Por Sergio Caldas | Estadão Conteúdo

Pode ter surgido a primeira fissura na proibição da China à entrada de grandes navios de transporte de minério de ferro da Vale, segundo o analista do Barclays Jon Windham. A Vale tem uma frota dos maiores navios para minério de ferro já construídos, mas autoridades chinesas não permitiam que as embarcações usassem os porto locais para desembarques por questões de segurança.

Na semana passada, porém, a mineradora brasileira assinou um acordo de longo prazo com a China Ocean Shipping Company (Cosco) de cooperação estratégica no transporte marítimo de minério de ferro. Empresas como a Cosco eram as que faziam maior oposição aos navios da Vale. Para Windham, o novo acordo é o primeiro sinal de que a oposição à mineradora está diminuindo. Com informações da Dow Jones Newswires.

16-16/09/2014

CENTRO-OESTE MINEIRO TERÁ R\$ 530 MILHÕES PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA

O governo do Estado anunciou ontem investimentos da ordem de R\$ 530 milhões para a cidade de Divinópolis, no Centro-Oeste mineiro, para serem aplicados no sistema de esgotamento do município, por meio de parceria público-privada (PPP), na conclusão do hospital regional e na duplicação da MG-050. O governador Alberto Pinto Coelho assinou, ontem em visita a cidade, despacho que autoriza a Copasa a publicar edital de licitação da PPP do sistema de esgotamento sanitário do município.

O objetivo da PPP da qual a Copasa lançará o edital de licitação ainda nesta semana é a concessão administrativa para ampliação e operação parcial do sistema de esgotamento sanitário de Divinópolis, pelo prazo de 26 anos. A parceria inclui serviços de interceptação, transporte, tratamento e implantação das estações de tratamento das bacias dos rios Itapecerica e Ermita, permitindo tratar 90% dos esgotos coletados que, somados aos 10% da estação de tratamento existente da bacia do Pará, possibilitará à cidade de Divinópolis contar com 100% de esgoto tratado.

O governo de Minas vai destinar R\$ 8 milhões para as obras de conclusão do hospital regional. Os recursos, originados do Tesouro Estadual, serão liberados em duas parcelas de R\$ 4 milhões. O objetivo é a conclusão da casa de saúde até julho de 2015. Ao todo, a unidade, que já está com 80% das obras concluídas, conta com investimentos de cerca de R\$ 100 milhões, sendo aproximadamente R\$ 80 milhões do Estado e R\$ 20 milhões da prefeitura.

E Com investimentos previstos de R\$ 285 milhões, o governo de Minas está realizando o processo de licitação para as obras de duplicação da rodovia MG-050, entre Divinópolis e Itaúna, contemplando uma extensão de 37 quilômetros. As obras serão executadas pelo Estado, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-MG) e, após sua conclusão a cidade de Divinópolis estará ligada a Belo Horizonte por uma via em pista dupla em seu percurso total.

A MG-050, que é a primeira concessão rodoviária por PPP do Brasil, passou por diversas intervenções entre elas a implantação de terceira faixa em 55 quilômetros, a construção de pista dupla em 21,5 quilômetros, a realização de correções e melhorias de curvas em dez quilômetros, a primeira parte da duplicação da travessia Divinópolis, entre outras ações.

A rodovia está com obras sendo executadas em cerca de 70 Km de sua extensão e têm intervenções previstas nos municípios de Formiga, Piumhi, Passos, Itaú de Minas, Divinópolis e São Sebastião do Paraíso.

Fonte: Diário do Comércio

17-16/09/2014

CANCANA ADQUIRE DIREITOS DE MANGANÊS E PLANTA DA ELETROLIGAS EM RONDÔNIA

A Cancana Resources informou na última segunda-feira (15/09) que fechou um acordo, por meio da Brazil Manganês Corporation (BMC), para adquirir uma planta de processamento de manganês e três direitos minerários da Eletroligas, totalizando 14.986,49 hectares, em Espigão D'Oeste (RO). A BMC é uma joint venture formada com a Ferrometals BV e possui, no mesmo município, a mina de manganês Valdirão.

De acordo com comunicado enviado ao mercado na última segunda-feira (15/09), pedras de manganês foram estocadas durante as últimas semanas e a previsão é que a planta de processamento seja reiniciada ainda hoje.

Com a aquisição dos três direitos, a Cancana detém agora mais de 92.073 hectares em direitos minerários de alto teor de manganês em Espigão D'Oeste. A mineradora não revelou o valor do negócio com a Eletroligas.

Segundo dados do Jazida.com, a Eletroligas possui outros três direitos minerários de manganês em Rondônia, além de estanho, areia e rochas magmáticas. A empresa possui ativos também em Tocantins, Minas Gerais e Bahia.

De acordo com o CEO da Cancana, Anthony Julien, a empresa levou três meses a mais que o previsto para fechar o negócio com a Eletroligas devido a problemas com os latifundiários. "A BMC assumiu os empregados da Eletroligas e eles já estão

trabalhando com a equipe de gestão para garantir que o start up da planta corra bem”, disse Julien.

O CEO afirmou ainda que a equipe de engenharia já realizou um balanço do projeto e que a produção experimental teve bons resultados. “Com a planta da Eletroligas entrando em operação nesta semana, a BMC está no caminho certo para atingir a meta inicial de produção para este ano, que é de 8 mil toneladas”, disse Julien.

As transações para a compra da BMC foram aprovadas pelos acionistas da Cancana em abril deste ano. Na época, a mineradora encerrou uma emissão privada sem intermediários de títulos e debêntures com a Ferrometals, para gerar receita bruta de, respectivamente, US\$ 1,5 milhão e US\$ 4,15 milhões. A Ferrometals é uma empresa criada pelo The Sentient Group para se associar à Cancana.

A mineradora já possui a mina de manganês Valdirão no município de Espigão D'Oeste (RO) e as operações de mineração e de escavação no local tiveram início no fim de novembro do ano passado.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

18-16/09/2014

IBRAM LANÇA PRÊMIO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Iniciativa, promovida pelo IBRAM, por meio do Programa **MINERAÇÃO**, defende a redução dos índices de acidente no setor mineral

Estão abertas as inscrições para o Prêmio Melhores Práticas em Saúde e Segurança do Trabalho, promovido pelo **IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração**, por meio do Programa **MINERAÇÃO**. A iniciativa, que está em sua segunda edição, busca contemplar e valorizar as mais importantes ações em SST desenvolvidas pelas mineradoras e demais empresas ligadas ao setor em todo o Brasil. As boas práticas adotadas devem ser enviadas até o dia 3 de outubro para a sede do Programa, em Belo Horizonte (Rua Alagoas, 1270 | conjunto 1001 – Funcionários – 30.130-160). Para participar, os interessados devem ser associados ao **MINERAÇÃO**.

O Prêmio Melhores Práticas em Saúde e Segurança do Trabalho será dividido em três categorias: Atendimento às emergências, Sistemas de Comunicação de SST eficazes utilizados nas operações de trabalho e Sistemas eficazes de capacitação de trabalhadores, e os cases serão classificados em Ouro, Prata e Bronze. Os vencedores serão anunciados no dia 12 de novembro, na página www.programamineracao.ibram.org.br, e a premiação acontecerá no dia 9 de dezembro, na sede da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), na capital mineira.

Para a coordenadora Cláudia Pellegrinelli, o Programa MINERAÇÃO representa a preocupação em garantir a integridade física dos trabalhadores de um setor que ainda está longe de alcançar a excelência quando o assunto é a segurança de seus funcionários. “Esta é uma das nossas principais metas: demonstrar a importância das boas práticas e reforçar a necessidade de desenvolver ações que alcancem o índice zero de acidentes”, explica.

Como participar

As empresas poderão inscrever um ou mais cases sobre práticas bem-sucedidas em SST. Deverá ser encaminhado, para o endereço acima citado, um envelope contendo:

- Três cópias impressas do case;
- Dois CD-ROM com arquivo digital do case;
- Uma cópia do formulário de inscrição devidamente preenchida e assinada;
- Declaração confirmando a ausência de acidente de trabalho com morte ou incapacidade total entre os trabalhadores da empresa;
- Opcionalmente, poderão também ser enviados no envelope duas cópias de DVDs, folders, cartazes, cartilhas e outros materiais que possam auxiliar na avaliação da proposta apresentada.

Importante mencionar que o mesmo case não poderá ser inscrito em mais de uma categoria, sob o risco de desclassificação. Caso a empresa tenha dúvida sobre o grupo no qual a ação se encaixa, um pequeno resumo, de até 20 linhas, poderá ser encaminhado para o e-mail programamineracao@ibram.org.br ou por fax, pelo número (31) 3223-6751.

Premiação

Os classificados em primeiro, segundo e terceiro lugar de todas as categorias receberão um troféu na solenidade de entrega do Prêmio. Um representante da empresa premiada em primeiro lugar, em cada um dos grupos, será convidado para apresentar o case vencedor durante o 16º Congresso Brasileiro de Mineração, que acontecerá durante a Expositram 2015, a maior feira de mineração de toda a América Latina. Os cases premiados em segundo e terceiro lugar serão beneficiados pela elaboração de matéria jornalística, divulgada no site do Programa MINERAÇÃO e/ou outros meios de divulgação do **IBRAM**.

O Programa

O MINERAÇÃO – Programa Especial de Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração é promovido pelo **IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração** e representa uma das mais importantes iniciativas brasileiras na área. O Prêmio Melhores Práticas em Saúde e Segurança do Trabalho, em sua segunda edição, tem como objetivo

reconhecer as melhores práticas adotadas pelas empresas e seus esforços na melhoria das condições de segurança no ambiente de trabalho dos brasileiros, além de divulgar para a sociedade ações bem-sucedidas na área de SST.

Fonte: Minérios e Minerales

19-16/09/2014

CRM RECEBE POSSE DE LAVRA PARA ÁREA NA MINA DE CANDIOTA

Próxima etapa é a concessão da licença ambiental junto à Fepam

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), emitiu esta semana o Termo de Imissão de Posse da Lavra da malha III para a Companhia Riograndense de Mineração (CRM), através da Portaria de Concessão de Lavra nº 933. O documento é fundamental para a efetiva mineração da área, que está compreendida em dois mil hectares entre Seival e o Candioteão, no Município de Candiota. O próximo passo é a concessão da licença ambiental junto a Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler).

O engenheiro Mário Antonio Bertol, da Diretoria de Gestão de Títulos Minerários do Estado (DGTM/RS), representando o Superintendente do DNPM estadual, Sérgio Bizzaro César, e o Superintendente da Mina de Candiota, engenheiro José Fernando Oliz, assinaram o termo. Estavam presentes no ato o engenheiro Humberto Meneses dos Santos, da DGTM/RS, e o engenheiro gerente técnico Douglas Loureiro e o geólogo Rodrigo Duarte da Superintendência de Candiota da CRM.

Fonte: CRM

20-16/09/2014

Ministro do STF rejeita tirar deputado da relatoria do marco da mineração

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou nesta terça-feira (16) pedido para que o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) fosse destituído da relatoria do projeto de lei que estabelece um novo marco regulatório da mineração. A proposta tramita na Câmara dos Deputados desde 2013.

O mandado de segurança, arquivado pelo ministro, foi protocolado no dia 8 de setembro por cidadãos ligados a entidades da sociedade civil, como o Instituto Socioambiental. Eles argumentaram que Leonardo Quintão defende, na Câmara, interesses do setor de mineração.

De acordo com o grupo, cerca de 20% dos R\$ 2 milhões arrecadados pelo parlamentar na campanha de 2010 foram doados por empresas de mineração e metalurgia, conforme a prestação de contas feita ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Fux não chegou a analisar o mérito e rejeitou o mandado de segurança por considerar que os autores não possuem “legitimidade” jurídica para protocolar o pedido.

Segundo ele, os cidadãos autores da ação não são titulares do direito que poderia eventualmente ser violado se Quintão seguir como relator do projeto de lei. Não podem, portanto, ajuizar mandado de segurança para garantir direito de terceiros, conforme o ministro.

“Os impetrantes atuam como cidadãos brasileiros e pretendem ver reconhecido o direito de toda população brasileira a um processo legislativo idôneo. Embora busquem tutela para interesses evidentemente coletivos, os impetrantes não estão autorizados a pleitear, em nome próprio, direito alheio. Como é consabido, a regra da legitimação ativa no mandado de segurança pressupõe que o impetrante, pessoa natural ou jurídica, seja efetivamente o titular do direito subjetivo violado”, diz Fux, na decisão.

Proposta

A proposta do Código de Mineração, lançada pelo Executivo com o objetivo de estimular os investimentos para no setor, está sendo analisada pela Câmara dos Deputados desde 2013 e já recebeu cerca de 400 emendas. O Executivo chegou a aplicar urgência constitucional ao projeto no ano passado, regime de tramitação prioritária que tranca a pauta da Câmara. Após negociação com o Congresso, que reclamava do trancamento das votações, a presidente Dilma Rousseff retirou a urgência.

O novo marco prevê mudanças na cobrança da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) que devem dobrar a arrecadação do governo com o tributo que, só no ano passado, rendeu R\$ 1,8 bilhão aos cofres públicos.

O projeto ainda estabelece novos requisitos para concessão dos direitos de exploração de minérios, além de determinar as normas de uso dos recursos minerais. Também cria o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), para a formulação da política para geologia e recursos minerais, e a Agência Nacional de Mineração (ANM), para fiscalizar as atividades de mineração e execução da política mineral brasileira.

Fonte: G1

21-17/09/2014

Raro diamante azul é vendido por 27,6 milhões de dolares

O raro diamante azul descoberto em junho, na Mina de Cullinan, da Petra Diamonds, foi vendido pela bagatela de US\$27,6 milhões. O preço da pedra de 122,52 quilates foi um pouco abaixo do esperado. No entanto a Petra vai receber 85% do valor agora e o restante após a lapidação, quando o diamante vai atingir o seu valor máximo.

A mina de Cullinan, sobre o kimberlito de Premier é famosa pelas suas pedras gigantescas e valiosas. Segundo os experts uma nova pedra de Cullinan, com 232 quilates será leiloada ainda nesse ano.

Fonte: www.geologo.com.br

22-17/09/2014

Comitê define ações para desenvolvimento de APL

O governo federal pretende ampliar a experiência piloto realizada no Arranjo Produtivo (APL) de Cerâmica Vermelha do Norte Goiano, em Goiás, para aplicar em Arranjos produtivos locais de Base mineral de todo País, informou o diretor do departamento de Transformação e Tecnologia Mineral do Ministério de Minas e Energia, Elzivir Guerra, ao falar sobre o resultado da última oficina do projeto para aplicação do Processo Prospectivo do Desenvolvimento Competitivo e Sustentável do APL. A última oficina foi realizada nos dias 9 e 10 de setembro, em Uruaçu, em Goiás.

“A intenção é usar essa experiência, em 2015, inicialmente para o setor de gesso e cerâmica vermelha em outra região do país”, disse Guerra, que explicou ainda que no encontro foram definidos o plano de ações estratégicas para o desenvolvimento sustentável do APL do Norte Goiano. Segundo o diretor, o comitê técnico definiu a estratégia de participação e comprometimento de todos integrantes da cadeia produtiva da região e distribuiu atribuições, ações e atividades entre seus participantes, para implementação do Plano, que foi construído pelo processo prospectivo do desenvolvimento competitivo e sustentável do arranjo produtivo do Norte Goiano.

O Plano de Ações Estratégicas visa alcançar o desenvolvimento competitivo e sustentável do APL nos próximos 20 anos (de 2014 a 2034), trazendo benefícios para sociedade da região, buscando, por meio de parceria com os governos estaduais e municipais, elevar o grau de escolaridade da comunidade local. As ações estratégicas serão realizadas com foco em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação para sustentabilidade; desenvolvimento de pessoas; agregação e adensamento de valor à cadeia produtiva; e formalização e representação.

Uma das ações estabelecidas durante a oficina foi à criação do Comitê Gestor da Mudança do Arranjo Produtivo de Cerâmica Vermelha do Norte Goiano, que será responsável por executar e iniciar a formulação das estratégias e a preparação da implementação das ações planejadas nesse APL. O comitê é composto pela Associação dos Ceramistas do Norte do Estado de Goiás (Asceno), que coordenará o grupo; pelo Gabinete de Gestão da Mineração da Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás; pela Rede Goiana de Arranjos Produtivos Locais da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (GO); e pela Superintendência Goiânia do Serviço Geológico do Brasil.

Segundo Guerra, a ideia é criar um programa de modernização do parque industrial dos ceramistas do norte goiano, cumprindo as normas técnicas e regulamentadoras para participar do Programa Setorial de Qualidade. O Comitê pretende, ainda, capacitar pessoas para a elaboração e gestão de projetos, identificação, caracterização tecnológica e quantificação das matérias-primas para o setor de cerâmica, visando à formalização da atividade de extração da argila e dos ceramistas.

A SGM/MME e parceiros do governo federal pretendem apoiar a realização do Plano de Ações Estratégicas, elaborado, principalmente, por meio da articulação e

estabelecimento de parcerias entre as diversas instituições do governo federal, de acordo com sua competência, para a execução das ações contidas no referido Plano para o desenvolvimento sustentável do Arranjo Produtivo de Cerâmica Vermelha do Norte Goiano. Além disso, ela pretende colaborar no funcionamento do Comitê Gestor da Mudança e orientar e cooperar na captação de recursos e financiamentos para realização das ações propostas pelo Comitê.

As oficinas fazem parte do projeto de apoio ao desenvolvimento dos APLs de base mineral, realizada em parceria pela SGM-MME, pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e pelo Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), entidade que estabeleceu projeto-piloto em conjunto com a Associação dos Ceramistas do Norte do Estado de Goiás (Asceno) e Instituto para o Desenvolvimento Sustentável (IDS).

Essa experiência será divulgada para outros APLs de base mineral, no XI Seminário Nacional de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral e VIII Encontro da RedeAPLmineral, organizado pela SGM/MME em parceria com o MCTI, com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), com o Sindicato da Indústria de Cerâmica Vermelha (SINDICERMF), com a Cooperativa de Exploração Mineral (COOPEMI), com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (IESC/SENAI-SC) e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-SC). O seminário será realizado em Criciúma, Santa Catarina (SC), nos dias 09 e 10 de dezembro de 2014.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social – Ministério de Minas e Energia

23-17/09/2014

Goiás possui grande potencial em Terras-Raras

Em palestra ministrada na quarta-feira passada, no Ministério de Minas e Energia (MME), o geólogo e professor da Universidade de Brasília (UnB) Nilson Botelho falou da importância de terras-raras e de projetos para a produção desses elementos, desenvolvidos no nordeste de Goiás. “Nessa região, há uma concentração muito grande de granitos tipo-A, de onde podem ser retirados os elementos terras-raras”, explicou. Os elementos terras-raras têm ampla utilidade na indústria na utilização de tecnologias limpas, como em veículos elétricos, na fabricação de magnetos de turbinas eólicas, em telas LCD, e nas lâmpadas de LED, entre outras utilidades.

Segundo Botelho, a região da Província Estanífera de Goiás vem se destacando pelo grande potencial para a produção desses elementos, principalmente para as terras-raras pesadas, associados aos granitos tipo-A. Na província, o Maciço Granítico Serra Dourada tem potencial equivalente a depósitos mundiais de grande importância, de acordo com Botelho. Nessa área, os elementos terra-raras são encontrados principalmente em granitos, mas também em outras formas de ocorrências e de concentrações, tais como aluviões, argilas adsorvidas, entre outros.

Na Província Estanífera de Goiás, outras áreas são estudadas pela UnB, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e por algumas empresas, que constataram que há grandes concentrações desses elementos nos maciços de Pedra Branca e Mocambo. Investigações preliminares nesses locais indicam a existência dos mesmos processos concentradores de terras-raras, principalmente de elementos terras-

raras pesados e ítrio, encontrados também em Serra Dourada. Segundo dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a região possui a maior concentração de áreas requeridas para elementos terras-raras, avançando até o sudeste de Tocantins.

O Brasil é rico em terras-raras, que são 17 elementos químicos utilizados em tecnologias de ponta, como ímãs que aumentam a capacidade de geradores elétricos. Botelho afirmou que atualmente a China detém mais de 87% da produção de terras-raras e o Brasil é responsável por apenas 0,28% da exploração desses minérios. Segundo o palestrante, a partir de 2005, a disponibilidade dos elementos terras-raras no mundo se tornou mais crítica, pela falta de investimento dos países e sua dependência da China, que controla o mercado internacional.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Álvaro Prata, vários países, inclusive o Brasil, estão investindo em pesquisa e produção desses elementos, com o objetivo de minimizar a dependência da produção chinesa. Na Universidade de Brasília, um grupo realiza pesquisas sobre granitos e mineralizações associados, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de acordo com Botelho.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social – Ministério de Minas e Energia

24-17/09/2014

200 MAIORES MINAS BRASILEIRAS

A revista Minérios & Minerales realizará no dia 13 de novembro de 2014, em Belo Horizonte, o lançamento da edição especial e premiação 200 Maiores Minas Brasileiras. Ainda dá tempo de inserir gratuitamente os dados de produção de sua mina. Faça o download do questionário e encaminhe para 200minas@revistaminerios.com.br.

Fonte: Redação MM

25-17/09/2014

EXTRAÇÃO DE BAUXITA IMPULSIONA CRESCIMENTO DE POÇOS DE CALDAS

Uma cidade grande do interior. É essa a melhor definição para Poços de Caldas, município de 162 mil habitantes, localizado a 460 quilômetros de Belo Horizonte e dono do 6º melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Minas Gerais. Um lugar que mantém, ao mesmo tempo, o clima pacato e interiorano e a vocação industrial de uma grande metrópole.

E não é difícil entender por que. A região está localizada na borda ocidental da Serra da Mantiqueira, sobre uma formação geológica rica em bauxita, matéria-prima para fabricação de alumínio. Além disso, a proximidade com as principais rodovias que

ligam Minas e São Paulo, atraiu para a cidade empresas de grande porte, como a Danone e a Ferrero Rocher.

Mas é na exploração mineral que está uma das grandes fontes de riqueza do município. Hoje, Poços de Caldas tem 13 empresas mineradoras operando em 96 lavras. E a contribuição do setor para a economia local não se limita apenas com à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), conforme explica o secretário municipal de Fazenda, Nestor Moura.

“A mineração contribui significativamente para o nosso Valor Adicionado Fiscal (VAF) e nos permite estar entre os 20 maiores índices de participação na partilha do ICMS estadual”, comenta. “As mineradoras tiveram participação de R\$ 480 milhões nesse total do VAF. Cerca de 16% do montante que, em 2012, foi de R\$ 3,2 bilhões”, destaca Moura.

“Mas o valor arrecadado com o Cfem também é útil, pois nos permite alugar equipamentos para que a Secretaria de Obras possa fazer o serviço pesado, como manutenção de estradas e transporte de materiais descartados”, acrescenta o secretário.

Matéria-prima farta

Uma das gigantes do segmento mineral atuante em Poços de Caldas é a Votorantim Metais. Com 139 funcionários na cidade e a capacidade total de produzir 1,2 milhão de toneladas de bauxita por ano, a empresa ocupa uma área total de 8,5 mil hectares. Os investimentos em ampliação e modernização da planta já chegaram a R\$ 2,7 milhões e a extração em 2013 foi de 883 mil toneladas.

“Hoje, 40% da produção da Votorantim em Minas Gerais está concentrada em Poços de Caldas”, explica o Gerente de Mineração da unidade, Hamilton Wuo. “Mas aqui a bauxita é apenas extraída e quebrada no britador. Logo depois ela enviada para processamento na fábrica de alumínio da Votorantim Metais, no município de Alumínio, em São Paulo”, completa.

A extração da bauxita é realizada sob acordo com proprietários das áreas de ocorrência do minério. Depois de mineradas, as áreas são recuperadas pela Votorantim Metais. “Estamos sempre em diálogo com os donos das terras que definem como a área será recuperada. São eles que escolhem se o terreno voltará a ser pasto ou se será transformado, por exemplo, em plantação de eucalipto”, explica Wuo.

Mineração sustenta programas sociais e movimentada economia

As ações sociais mantidas pela Votorantim Metais extrapolam os limites territoriais de Poços de Caldas. Por estar extraindo bauxita numa região que faz fronteira com o Estado de São Paulo, as comunidades mais próximas, apesar não estarem dentro da cidade, são as principais beneficiadas.

É o caso do projeto Escola Socioambiental, desenvolvido no bairro Campestrinho, no município paulista de Divinolândia, que há três anos recebe apoio financeiro da Votorantim para a manutenção do espaço e aquisição de equipamentos.

“Nós atendemos 50 crianças oferecendo atividades que visam melhorar o rendimento escolar do aluno”, explica Zumira Pereira, coordenadora do projeto. “Temos aulas de reforço para várias disciplinas, matemática lúdica e a roda do livro, onde são discutidos temas como preconceito e política, que os jovens aqui adoram”, conta Zumira.

Reflexos positivos

Mas, os reflexos positivos da atividade da mineração se dão principalmente na economia de Poços de Caldas. E eles são claramente identificados no comércio dinâmico e diversificado da cidade.

Segundo o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), elaborado pela Fundação João Pinheiro com indicadores de desenvolvimento socioeconômico dos 853 municípios mineiros, Poços de Caldas ocupa o primeiro lugar no quesito “renda” per capita.

O gerente do tradicional Palace Hotel, Maurício de Lima, diz que boa parte do fluxo de hóspedes é devida às demandas das mineradoras. “Todos os meses recebemos, no mínimo, seis profissionais que prestam serviços para mineradoras”, diz. “E isso acontece desde que o hotel foi inaugurado, em 1930”, destaca Maurício.

A gerente da loja de roupas Seller, Eliene Marcondes confirma que o segmento mineral contribui para os lucros das empresas da cidade.

“Pelos contra-cheques apresentados para a abertura de crediário na loja, constatamos que a mineração emprega boa parte de nossos clientes”, comenta a gerente.

Brasil é terceiro maior produtor

Segundo dados do **Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)**, o Brasil é o terceiro maior produtor de minério de bauxita, responsável por 13% da produção mundial, perdendo apenas para a Austrália e para a China. As reservas descobertas no Brasil alcançam 3,5 bilhões de toneladas.

As jazidas de bauxita de Poços de Caldas, foram descobertas em 1919. Desde 1941, elas são exploradas pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que hoje pertence ao grupo Votorantim Metais.

Na cidade, a bauxita é encontrada, principalmente, nos topos dos morros. Com uma espessura média de três metros, o mineral fica no solo orgânico, o que não exige exploração de camadas profundas.

Os consumidores de bauxita são as refinarias de alumina, insumo base para a produção de alumínio. Em média, para cada quatro toneladas de bauxita são produzidas duas toneladas de alumina e uma de alumínio.

Fonte: Hoje em Dia

26-17/09/2014

Mineradoras doam mais à disputa pela Câmara

Por **Raphael Di Cunto** | De São Paulo

Com um novo marco legal para ser discutido no próximo governo, o setor de mineração e metalurgia se movimenta intensamente nesta eleição para eleger interlocutores e distribuiu até agora pelo menos R\$ 91,5 milhões para campanhas de todo o país, mostra levantamento do **Valor** na segunda parcial da prestações de contas entregue ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referentes à doações e despesas até o dia 2 de setembro.

A próxima legislatura será determinante para os negócios destas empresas. O atual Código da Mineração, de 1967, precisa ser reformado e vai mexer com questões vitais para o setor, como quem tem prioridade para exploração de lavras minerais e o valor dos royalties pagos. O governo Dilma já tentou alterar a legislação nestes quatro anos, mas a votação foi barrada por divergências com o relator do projeto e as mineradoras.

Há também interesse em outras matérias que se arrastam há anos no Congresso Nacional e pouco andaram nesta legislatura, como a proposta de emenda constitucional que transfere do Executivo para o Legislativo a decisão sobre a demarcação de terras indígenas e o projeto de lei que regulamenta a mineração nestas áreas.

Não por acaso, o destino principal de doações diretas foi para candidaturas à Câmara dos Deputados. Dos R\$ 32 milhões distribuídos a candidatos, 42,3% foram investidos na eleição para a Casa - onde o projeto tramita atualmente. Os senadores ficaram com 5,5% do bolo, e as campanhas presidenciais, com 30,4% (R\$ 9 milhões).

As mineradoras também fizeram aportes para os partidos, que repassam o dinheiro para os candidatos de sua preferência. Foram R\$ 59,5 milhões doados desta maneira. Até este ano, esse tipo de transferência servia para mascarar a origem do recurso em relação ao candidato, mas o TSE mudou a legislação para que seja obrigatório informar a fonte.

Para Maurício Guetta, advogado do Instituto Socioambiental (ISA), é recorrente no Brasil que os setores que mais dependem de regulação do Estado ou tenham negócios com os governos sejam os maiores doadores das eleições. "Via de regra, mineração, construção civil e os bancos são os que mais doam dinheiro para campanhas, principalmente para o Poder Legislativo, para tentar influenciar ao máximo possível o processo", afirma.

Único que aceitou falar abertamente sobre as doações, o diretor-presidente do Grupo Rima, Ricardo Vicintin, afirma que procurou ajudar a eleição de deputados que trabalham a favor do setor produtivo: "Não compro nem vendo nada do governo, não faço isso para me beneficiar. A única coisa que quero é alguém para defender os interesses legítimos da empresa, que não deixe que o setor seja prejudicado".

O Grupo Rima, que é líder na produção e comercialização de ligas à base de silício no Brasil e um dos únicos produtores de magnésio primário do mundo, foi um dos principais doadores do setor, com R\$ 2,38 milhões. Vicintin diz que o foco da companhia não é a mineração, mas a metalurgia, e que seu interesse no novo Código da Mineração é pequeno.

"Nossas contribuições são para pessoas que têm coragem de tomar posição, que não ficam em cima do muro e defendem os interesses do setor produtivo", afirma. As doações foram concentradas nas campanhas para deputado federal e para a candidatura do ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Fernando Pimentel (PT) ao governo de Minas Gerais.

O mapa das doações do setor mostra uma predileção por quem está no poder. O partido que mais recebeu recursos foi o PMDB, com R\$ 22,1 milhões para seus diretórios nacional e estaduais e R\$ 2,6 milhões diretamente para seus candidatos. A legenda controla o Ministério de Minas e Energia desde 2005 e, com a segunda maior bancada da Câmara, indicou o relator do Código da Mineração, Leonardo Quintão (MG).

A segunda agremiação com maior volume de doações foi o PT, no governo federal desde 2003. Mas, enquanto os diretórios pemedebistas ficaram com a maior parte dos recursos, no PT imperou a doação direta para os candidatos, que registraram receita de R\$ 12 milhões. Número inflado pela candidatura à reeleição da presidente Dilma Rousseff (PT), que ficou com dois terços do total. Já os diretórios do PT receberam R\$ 8 milhões.

O PSDB foi o terceiro em arrecadação das empresas de mineração e metalurgia. Foram R\$ 4,2 milhões diretamente para candidatos e R\$ 5,7 milhões para os diretórios da legenda. O número pode ser considerado até baixo, já que os tucanos governaram nos últimos quatro anos os maiores Estados em produção mineral: Minas Gerais (em que o vice-governador, do PP, assumiu em abril), Pará, Goiás e São Paulo.

Apesar de vir do maior Estado minerador do país, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) seguiu o desempenho de seu partido e ficou atrás do PT na arrecadação de campanha. O tucano recebeu R\$ 2,4 milhões das empresas de mineração e metalurgia nos dois primeiros meses da eleição presidencial, contra R\$ 8 milhões de Dilma. Aécio teve como principal doador entre as mineradoras a Votorantim. Já a petista ficou com R\$ 5 milhões da Vale, R\$ 2 milhões da Votorantim e R\$ 1 milhão da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM).

Marina Silva (PSB), cujas posições preocupam o setor, não registrou recursos. Ela assumiu a candidatura no lugar de Eduardo Campos (PSB), que morreu em um acidente aéreo, apenas no dia 20 de agosto e a conta corrente da campanha foi liberada só nos últimos dias da prestação de contas. Antes, Campos tinha recebido R\$ 900 mil de empresas da área.

No ranking por empresas, a Vale reina absoluta, com R\$ 52,8 milhões distribuídos nos dois primeiros meses da campanha, embora não tivesse aparecido até agora em nenhuma lista dos maiores doadores desta eleição. Ocorre que a companhia, que é a maior mineradora do país, dividiu suas contribuições pelo CNPJ de seis empresas do grupo, o que dificultou a identificação.

Por meio de sua assessoria, a Vale informou que não comentaria as doações. A empresa já apareceu como uma das maiores doadoras de 2010, quando destinou R\$ 42 milhões para as campanhas, e em 2006, quando, segundo levantamento do **Valor** à época, foi o grupo que mais deu dinheiro para os deputados federais - ajudou a eleger 46.

Também aparecem como grandes doadoras até este momento da disputa a ArcelorMittal (R\$ 13 milhões), Votorantim (R\$ 6,8 milhões), CBMM (R\$ 4,8 milhões), Grupo Rima (R\$ 2,38 milhões) e Gerdau (R\$ 2,3 milhões). Todas são tradicionais financiadoras de campanhas eleitorais e é provável que os números aumentem até o fim da eleição - a próxima prestação de contas é no dia 30 de outubro.

O grupo Votorantim afirmou que implantou um manual de conduta para garantir uma "condução corporativa" do processo, tendo como base "a consciência do papel social e democrático" da empresa, e que entre as regras está o atendimento a "todos os critérios previstos na legislação em vigor, em consonância com os pressupostos de ética e transparência". A Gerdau disse que segue rigorosamente

27-17/09/2014

Setor representa 42% da receita de relator

Por **Raphael Di Cunto** | De São Paulo

Os integrantes da comissão especial criada para discutir o novo Código de Mineração na Câmara dos Deputados receberam R\$ 10 milhões de empresas de mineração e metalurgia nos dois primeiros meses da campanha, mostra levantamento do **Valor**, com contribuição do **Valor Data**, nas prestações de contas entregues ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As doações representaram 35% de tudo que os titulares do grupo receberam até agora e 20% da arrecadação total dos suplentes.

Há uma semana, seis organizações da sociedade civil entraram com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para afastar o deputado federal Leonardo Quintão (PMDB-MG) da relatoria do projeto de lei do novo código na Câmara. O

argumento é de que o pemedebista seria suspeito para relatar o tema por ter recebido recursos de mineradoras que somaram 20% de toda a sua arrecadação em 2010.

"Os processos legislativos devem atender a fins exclusivamente públicos, de modo que não é constitucional o favorecimento a determinado setor", afirma Maurício Guetta, advogado do Instituto Socioambiental (ISA), um dos que subscreve a ação.

O grupo, que ontem foi apoiado por 130 entidades em carta anexada ao processo, também se baseia no Código de Ética da Câmara, que diz que é quebra de decoro um deputado relatar projeto "de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral". As entidades entraram com recurso à presidência da Câmara, que foi negado, e agora recorrem ao STF. O ministro Luiz Fux, que já deu parecer contra o financiamento privado de campanhas em julgamento recente, foi sorteado relator do processo.

Quintão diz que não vê conflito de interesse em receber recursos de mineradoras para sua campanha eleitoral e relatar o novo código do setor. "São doações dentro da legislação eleitoral, com total transparência, todas públicas. Ilegal seria receber por fora", afirma. "Andei mais de 20 Estados discutindo desde associações de garimpeiros até as maiores empresas. Os trabalhadores, entidades do meio ambiente, todos contribuíram."

O pemedebista acusa as entidades de adotarem posições "fundamentalistas" com base em "suposições levianas". "Não agi por interesse do setor. Pelo contrário, aumentei em quatro vezes a tributação do minério de ferro, que corresponde a 85% de toda arrecadação de royalties do país, e reduzi a dos minérios sociais, como a areia", diz.

Na campanha deste ano, Quintão recebeu R\$ 1 milhão em doações de empresas de mineração e siderurgia, equivalente a 42% de toda sua arrecadação até dois de setembro. O relatório dele para o projeto desagradou ao governo, que queria estabelecer a alíquota dos royalties por decreto e fazer licitações para as lavras - hoje quem pediu para pesquisar a região primeiro tem prioridade. O pemedebista seguiu o posicionamento do mercado nesses temas e o impasse barrou a votação.

Outro que recebeu dinheiro das mineradoras foi o presidente da comissão, deputado Gabriel Guimarães (PT-MG), registrou duas doações, da Votorantim e da CBMM, que somam R\$ 200 mil - ou 20% de tudo que ele arrecadou até dois de setembro. "Não há conflito de interesses. Sou de um Estado produtor mineral. Assim como recebi apoio do setor produtivo, tive apoio também dos municípios mineradores e dos trabalhadores em mineração."

Dos 25 titulares da comissão que são candidatos este ano, 15 receberam recursos das mineradoras ou metalúrgicas que somaram R\$ 7,1 milhões. Outros 12 deputados, dos 27 que atuaram como suplentes no colegiado e que são candidatos este ano para cargos no Legislativo, tiveram doações de R\$ 2,9 milhões.

O maior volume de doações foi para a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), que concorre ao Senado Federal. Ela recebeu R\$ 1,4 milhão do setor, equivalente a 96% de tudo que arrecadou. A doação foi feita pela Copper Trading, empresa do setor que pertence a seu suplente, o empresário Luiz Pastore (PMDB).

28-17/09/2014

Arrium vende ações para melhorar caixa Por Assis Moreira | De Brisbane (Austrália)

Arrium, o quarto maior produtor de minério de ferro da Austrália, lançou uma operação de venda de ações no valor de US\$ 750 milhões, esta semana, para não ter problemas com o pagamento de dívidas em meio a queda do preço da commodity. A companhia, que chegou a pagar US\$ 41 milhões de dividendos em agosto, admite que não pode confiar na recuperação rápida do preço da matéria-prima.

O minério foi negociado ontem a US\$ 84,50 por tonelada no mercado à vista da China. O valor é do minério com teor de 62% de ferro. A queda no ano chega a 40%

Um trader do Arab Bank Austrália, David Scutt, citado pelo jornal "The Australian", lembrou que após uma forte queda de preço em setembro de 2012, o preço spot do minério subiu 2,3% para US\$ 89 e nos oito dias seguintes mais 23%.

O presidente da Arrium, antigamente conhecida como OneSteel, estima que haverá incerteza sobre a cotação por algum tempo, em meio a questionamentos sobre o "timing" e tamanho da recuperação econômica global.

A economia na China, maior parceiro comercial da Austrália, continua em ritmo de desaceleração, justamente quando o aumento da produção de minério deveria, em todo caso, baixar seu preço.

Analistas do UBS calculam que, pelos preços atuais, 25% da indústria australiana de minério está agora sofrendo perdas ou no ponto de equilíbrio (break-even). Um relatório do Morgan Stanley, citado na imprensa australiana, acompanha a previsão do presidente da Vale, Murilo Ferreira, de que o preço poderia retornar a US\$ 100 por tonelada até o fim deste ano. Já projeção do JP Morgan aponta queda crescente do preço de minério, baixando para US\$ 70 a tonelada na metade do ano que vem.

Isso pressiona os produtores a melhorarem seus balanços e exige corte de custos. O custo de produção da Arrium fica por volta de US\$ 60 por tonelada, acima de gigantes como BHP Billiton, cerca de US\$ 50/t, e Rio Tinto, com US\$ 45/t.

29-17/09/2014

Produção cai e país volta a ser importador de alumínio

Por Olivia Alonso e Ivo Ribeiro | De São Paulo

O Brasil vai passar da posição de um dos principais exportadores de alumínio no mundo para a de importador líquido já em 2014.

Há pelo menos seis anos, quando fabricantes do metal começaram a fechar suas portas no país, o setor passou a temer esse cenário. O preço baixo do produto e o custo alto da energia tornaram as previsões realidade: o saldo da balança do setor deve ser negativo em aproximadamente 130 mil toneladas, segundo números da Associação Brasileira do Alumínio (Abal).

Desde 2008, paralisaram fornos a Valesul, Novelis, Alcoa, BHP Billiton e Votorantim Metais-CBA. Pela primeira vez em 24 anos a produção será inferior a 1 milhão de toneladas de alumínio primário - em 1990, foram 930,6 mil toneladas. Ou seja, o país retorna ao patamar de 1991, com 952 mil toneladas de metal primário e 27% de queda em relação a 2013.

Conforme expirarem antigos contratos de energia, os custos para as fabricantes de alumínio serão ainda mais altos e a tendência é que parem outras linhas de produção. Na projeção da Abal, o país pode chegar a 2025 com uma produção de apenas 660 mil toneladas ao ano, menos da metade da capacidade atual da indústria, de 1,5 milhão de toneladas.

"Temos alumina e bauxita competitivas. Está na hora de o Brasil decidir se quer ou não manter sua indústria de alumínio primário", disse Milton Rego, presidente da entidade, ao **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**. "Os outros países dos Brics optaram em ter. Mas não estamos neste caminho".

Atualmente, a energia usada na transformação da alumina em alumínio primário responde por 55% dos custos totais de produção - há dez anos era 34%. Segundo Milton Rego, a autogeração é capaz de suprir 40% da demanda do setor, o suficiente para 381 mil toneladas neste ano.

30-17/09/2014

Com queda de 27% na produção, país se torna importador

Por **Olivia Alonso e Ivo Ribeiro | De São Paulo**

O que antes era uma projeção extremamente negativa agora se torna realidade na indústria do alumínio no Brasil. Há pelo menos seis anos, quando fabricantes do metal começaram a fechar suas portas no país, o setor começou a temer uma forte contração de suas operações, o que poderia transformar o Brasil de um dos principais exportadores globais de alumínio em um mercado dependente do produto externo.

Com preço baixo do metal e o alto custo da energia, essas previsões se confirmam. Assim, o ano de 2014 marcará o momento em que o Brasil se torna importador líquido do metal. A projeção é de 130 mil toneladas de saldo negativo na balança comercial de metal primário, segundo a Associação Brasileira do Alumínio (Abal). O número é o

resultado de importações de 442 mil toneladas - 2,6 vezes o volume de 2013 - e exportações de 311 mil toneladas, basicamente para o Japão.

Sem a adoção de medidas que deem ganho de competitividade à indústria, como tarifa de energia no patamar mundial, o país poderá ter déficit de 1,558 milhão de toneladas de alumínio primário em 2025, diz a Abal. Considerando o preço atual do metal, são US\$ 3,1 bilhões de divisas que o país teria de desembolsar a cada ano.

A Abal estima que o setor deixará de criar 47 mil empregos e de fazer investimentos de R\$ 19,8 bilhões no acumulado dos próximos dez anos. Anualmente, deixará de arrecadar R\$ 450 milhões em impostos (veja no quadro acima).

Desde 2008, tomaram a decisão de fechar fornos de alumínio no país Valesul (em Santa Cruz-RJ), Novelis (a linha de Aratu-BA e parte de Ouro Preto-MG), Alcoa (toda a fábrica de Poços de Caldas-MG), Alcoa e BHP Billiton (63% da Alumar, em São Luís-MA) e Votorantim Metais - CBA, em Alumínio-SP (ao menos 20% da capacidade).

Neste ano, o retrato da indústria mostrará produção inferior a 1 milhão de toneladas de alumínio primário pela primeira vez em 24 anos - em 1990, foram 931 mil toneladas. Ou seja, um retorno ao patamar de 1991. O Brasil vai terminar o ano com produção de 952 mil toneladas, prevê a Abal, queda de 27% em relação a 2013 (1,3 milhão de toneladas).

A situação tende a piorar nos próximos anos, diz Milton Rego, presidente da Abal. Conforme as fabricantes tiverem concessões e contratos antigos de energia expirados, os custos ficarão mais altos e a tendência é de que parem mais linhas. O país pode chegar a 2025 com volume de apenas 660 mil toneladas ao ano (55 mil ao mês), diz a Abal, ante uma capacidade atual de 1,5 milhão de toneladas (125 mil mensais). Hoje, a utilização do setor é de 70 mil toneladas/mês.

"Temos produção competitiva de alumina e bauxita. Está na hora de o Brasil decidir se quer ou não manter sua indústria do alumínio primário", afirmou Rego ao **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**. "Os outros países dos Brics optaram em ter. Mas, não estamos neste caminho".

Na projeção da Abal, sem medidas, o Brasil vai regredir mais e chegar a 2025 com uma produção de 660 mil toneladas

Ele aponta que um ponto é crucial para o setor no país - o custo da energia. O insumo usado na transformação de alumina em metal primário responde por 55% dos custos totais das empresas, muito acima dos 34% de dez anos atrás. Segundo o presidente da Abal, a autogeração de energia é capaz de suprir 40% da produção, o equivalente a 381 mil toneladas. Sem viabilidade para produção do alumínio, as companhias com energia própria e contratada têm vendido o excedente no mercado livre.

Rego afirma, porém, que as companhias só podem retirar para uso próprio, ao preço de custo, cerca de 10% da energia que elas geram. A maior parte do suprimento precisam adquirir no mercado. O custo, diz, era de US\$ 61,2 por MWh no ano passado, mais do que o dobro do valor de 2001.

A situação se complica para as produtoras com um preço deprimido do alumínio no mundo, na faixa de US\$ 2 mil a tonelada. É o mesmo patamar de 30 anos atrás, ainda que em alguns momentos tenha dado uma escalada, como os US\$ 2,7 mil em 2011.

Enquanto isso, cotações de outras commodities metálicas chegaram a triplicar. A principal razão para o preço estagnado do alumínio é a alta acelerada da produção chinesa. De 4 milhões de toneladas anuais há uma década, a China saltou para 22 milhões de toneladas em 2013, segundo a The Aluminum Association, entidade mundial. E passou a inundar o mercado. "Apesar de ter um alto custo de energia, tem estímulos à produção e à exportação", diz Rego. Para especialistas do setor, com os custos em níveis razoáveis, o preço do alumínio que justificaria investimentos em aumento de produção seria de US\$ 2.400 por tonelada.

Do lado da demanda brasileira, apesar de 2014 não mostrar crescimento, a Abal estima um crescimento médio anual de 5% no consumo na próxima década. Neste ano, o nível será o mesmo do ano passado, de 1,5 milhão de toneladas em produtos transformados - usos em embalagens, veículos, construção civil, bens de consumo, máquinas e outras aplicações. Para 2025, a projeção é de 3,2 milhões de toneladas.

Além do enxugamento da indústria de alumínio primário, esse cenário, observa Rego, põe em risco as companhias locais de transformação de alumínio. "Com o aumento da importação do metal primário, a tendência natural é de crescimento também das compras do produto acabados, de maior valor agregado, no exterior". Neste ano, as importações de transformados vão ser 12,1% do total do consumo doméstico, acima dos 10,8% do ano passado, diz a Abal.

Em defesa do setor, a associação apresentará, nos próximos dias, esses números aos presidentes e a candidatos aos governos de São Paulo, Minas Gerais e Pará. As sugestões de política industrial incluem aumento da permissão do uso de energia autogerada pelas alumineiras; políticas de defesa comercial; exigência de conteúdo local em compras do governo; e a revisão de alíquotas no segmento de sucata, que é responsável por um terço do suprimento do meta

31-17/09/2014

**Criada por Eike, AUX é vendida e dinheiro vai para credores e Mubadala
Por Rafael Rosas | Valor**

RIO - O Mubadala, veículo de investimentos de Abu Dhabi, vendeu por cerca de US\$ 400 milhões a mineradora AUX, criada por Eike Batista e que reúne ativos de ouro na Colômbia. Os novos donos da empresa são empresários do Qatar.

O advogado Sérgio Bermudes explicou que devido a um acordo realizado com Eike, o Mubadala vai destinar a maior parte dos recursos para Itaú e Bradesco, que são credores do empresário, ficando com o que restar da venda. Não foi informado quanto vai ser destinado a cada banco e quanto ficará com o Mubadala.

32-17/09/2014

Atual ciclo de expansão global pode ser um dos mais longos

Por **Sergio Lamucci | De Washington**

O atual ciclo de expansão global já dura cinco anos e pode facilmente continuar por outros cinco, tornando-se o mais longo desde os anos 1970, aposta o Morgan Stanley. Embora o ritmo de crescimento seja fraco, o banco de investimentos considera que a economia mundial tem fôlego para avançar por um bom tempo sem cair abaixo de 2,5% ao ano, normalmente apontado como o nível que configura uma recessão global. Para este ano, a expectativa do Morgan Stanley é de um avanço de 3,1% do PIB mundial.

Para justificar a sua avaliação, o banco ressalta a ociosidade ainda elevada na economia global e a expectativa de que a política monetária continue expansionista por um bom tempo nos países ricos. Além disso, os ciclos econômicos nos vários países não estão sincronizados, o que reduz o risco de aquecimento conjunto excessivo, diz o economista-chefe global do banco, Joachim Fels, no relatório "Mais Baixo, Mas Mais Longo" (Lower, but Longer).

Segundo ele, um padrão cíclico global só apareceu nos anos 1970, "refletindo ligações crescentes por meio do comércio e dos fluxos de capitais, e também pelo advento de choques comuns, como o dos preços do petróleo nos anos 1970 e começo dos anos 1980". Nos últimos 40 anos, os ciclos de expansão globais duraram entre quatro e oito anos, tendo em média 6,2 anos.

Ao esmiuçar por que o atual ciclo pode ser tão longo, Fels destaca que a recessão de 2008 e 09 criou uma ampla folga de recursos na economia global, ainda não eliminada pela recuperação modesta. O crescimento dos salários e a inflação estão em geral muito baixos no mundo, avalia. Em muitos países, os índices de preços estão abaixo da meta dos bancos centrais.

A falta de sincronia do atual ciclo é um fator importante na aposta do Morgan Stanley numa fase de crescimento duradouro, ainda que a taxas pouco robustas. Enquanto alguns países já estão numa recuperação mais forte, como os EUA, outros vivem desaceleração ou recessão, como a zona do euro ou vários emergentes. "O que geralmente coloca um fim a expansões globais é a combinação de aquecimento conjunto excessivo e aperto monetário pelos bancos centrais. Nós não estamos perto disso."

Por fim, a política monetária deve continuar expansionista por muito tempo, num cenário de crescimento ainda modesto e inflação sob controle. Fels espera que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) só comece a elevar os juros em 2016,

enquanto a maior parte do mercado aposta num aumento em meados do ano que vem. Mas mesmo os analistas que preveem uma alta mais cedo dos juros consideram que as taxas devem subir lentamente.

O Morgan Stanley diz ainda que o Banco do Japão (o BC japonês) adotará medidas adicionais de estímulo monetário em outubro e vê uma possibilidade de 40% de o Banco Central Europeu (BCE) também passar a comprar títulos dos governos, para tentar tirar a economia da estagnação. No início do mês, o BCE reduziu mais os juros e anunciou um programa de compra de títulos lastreados em ativos privados. Esses motivos levam Fels a ver o "copo meio cheio", acreditando numa expansão bastante prolongada. O fato de o crescimento global estar longe de ser exuberante ajuda nessa avaliação.

No relatório, aliás, o Morgan Stanley promove pequenas reduções das estimativas de crescimento global de 2014, de 3,2% para 3,1%, e de 2015, de 3,7% para 3,5%. Segundo Fels, os países ricos avançam a duas velocidades, com zona do euro e Japão caminhando mais devagar, enquanto EUA e Reino Unido crescem com mais força. Para a zona do euro, o banco espera expansão de 0,8% neste ano, inferior ao 1% previsto em junho. Enquanto isso, os EUA devem crescer 2,1% neste ano e 2,8% em 2015.

A expectativa é de um segundo semestre mais forte nos países desenvolvidos. Depois de crescer a uma taxa anualizada de 1% na primeira metade do ano, a estimativa é de um avanço de 2% a 2,5% no segundo semestre, acomodando-se na casa de 2% no ano que vem.

Nos países emergentes, a atividade parece ter atingido o nível mais baixo e começado a se recuperar, diz Fels, alertando, porém, que o crescimento deve continuar fraco em termos históricos, avançando um pouco em 2015. Ele ressalta que os principais países desse grupo estão em momentos muito diferentes do ciclo. "Vemos uma recuperação decente puxada pelas reformas na Índia, esperamos que a expansão do PIB da China fique um pouco acima de 7% na segunda metade de 2014 e em 2015, e prevemos uma ampla estagnação em curso no Brasil e uma recessão aberta na Rússia", afirma Fels.

Em junho, o Morgan Stanley esperava um avanço de 1% do PIB brasileiro em 2014; agora, aposta em apenas 0,2%. Para 2015, a estimativa é de 0,3% - antes era 0,9%

33-18/09/2014

Destaques

Minério mantém baixa

O minério de ferro caiu 0,4% ontem e foi negociado a US\$ 84,20 por tonelada no mercado à vista da China. No acumulado do mês até ontem, o minério registra queda de 4% e, desde o início do ano, cai 37%. O valor é do minério com teor de 62% de ferro, o mais usado como referência no setor. O sentimento positivo do mercado após a injeção de recursos em cinco bancos chineses, pelo banco central do país, durou pouco. O setor do aço chegou a ter uma reação positiva após a medida, mas analistas dizem que as

preocupações com o ritmo da atividade da China e o aumento dos estoques de aço nas siderúrgicas chinesas ajudaram a dissipar o otimismo. O setor do aço chinês é o maior consumidor global de minério de ferro, com 66% das importações mundiais no ano passado.

34-18/09/2014

"Tenho chance de recuperar patrimônio"

Por **Francisco Góes, Rafael Rosas e Ana Paula Ragazzi | Do Rio**

O empresário Eike Batista acredita que ao fim do processo de reestruturação da dívida do grupo, em um período que pode levar dez anos, ele terá chances de recuperar parte do seu patrimônio. Hoje, as participações acionárias de Eike em empresas que foram vendidas para novos grandes investidores estão em poder de credores, entre os quais a Mubadala, de Abu Dhabi, que chegou a aportar US\$ 2 bilhões na holding EBX. Recentemente, parte das ações de Eike na Prumo (ex- LLX) foram transferidas para Mubadala, assim como uma fatia na mineradora MMX.

"Tenho a chance de recuperar meu patrimônio", afirmou

No mercado, há expectativa de que o consórcio formado por Mubadala e Trafigura, que comprou o controle do Porto Sudeste (RJ), possa adquirir os restantes 35% que a MMX tem nesse ativo, estratégico para a exportação de minério de ferro pela região Sudeste. "Tem vários candidatos [a comprar a fatia no porto], a companhia faz um processo competitivo. Com os preços atuais do minério de ferro, não vale a pena produzir. Não é difícil vender. O Porto Sudeste é um dos ativos e patrimônios que a companhia [MMX] tem para sobreviver e deixá-la em banho-maria até voltar o ciclo de preços altos." Eike não quis falar sobre sua relação com o banco BTG Pactual que auxiliou o grupo na primeira fase da crise, antes da chegada de Ricardo Knoepfelmacher, que assumiu o comando da reestruturação. "Prefiro não comentar."

Eike deu ênfase, na entrevista, aos dois ativos portuários que criou: o Porto Sudeste e o Porto do Açu, no norte fluminense. "Eu estive na Coreia buscando gente que quer investir no Açu para o estaleiro [da OSX]. Vou buscar o coreano, vou agregar mais valor para o ativo e assim melhorar as minhas chances de acertar as contas", afirmou. A busca de investidores para o estaleiro é importante para a OSX, empresa em recuperação judicial.

35-18/09/2014

Chineses levam venda de diamantes a novo recorde

Por **Demetri Sevastopulo | Financial Times, de Hong Kong**

O crescente apetite dos consumidores chineses por pedras preciosas levou as vendas mundiais de joias com diamantes a um recorde de US\$ 79 bilhões em 2013, segundo informe da De Beers.

A multinacional sul-africana estima que as vendas cresceram 3% em relação a 2012, graças à forte demanda observada nos Estados Unidos e China.

As vendas de diamantes polidos também aumentaram 3%, para US\$ 25 bilhões, impulsionadas pelas altas de 14% na China e de 7% nos EUA.

"O maior motor de crescimento é a grande China", disse Philippe Mellier, executivo-chefe da De Beers. "A maior fonte de novas compras são as mulheres chinesas casadas [... que] são muito importantes no estilo chinês de vida e costumam dar-se o gosto com diamantes". [Em novembro do ano passado foi vendido o diamante mais caro da história, por US\$ 83,2 milhões. A pedra cor de rosa de 59,6 quilates foi talhada pela De Beers e leiloadada Sotheby's].

Há dez anos, a China representava 3% do mercado mundial de diamantes, participação que subiu para 15%. A demanda chinesa cresceu em ritmo anual superior a 10% nos últimos cinco anos, em meio à abertura de novas lojas de empresas como a Chow Tai Fook, uma das maiores joalherias do mundo.

Os consumidores chineses vêm alimentando a demanda mundial por artigos de luxo de quase todo o tipo, desde bolsas e relógios até diamantes e carros Rolls-Royce.

Embora uma grande percentagem das vendas ocorra na própria China, muitos compradores chineses cada vez mais realizam essas compras em Macau, Hong Kong e Europa.

Mellier disse que 50% das vendas de diamantes em Londres e Paris foram feitas a chineses.

Embora a economia da China venha crescendo menos neste ano, o executivo-chefe da De Beers disse que não houve grande impacto nas vendas de diamante.

"Mesmo com o crescimento econômico se desacelerando um pouco, a classe média ainda cresce em grandes números e esses são nossos clientes na maioria", disse.

As vendas de produtos de luxo na China foram afetadas pela iniciativa do governo contra a corrupção, mas segundo Mellier isso não impactou o mercado de diamantes. O executivo também disse que os compradores chineses não vêm aderindo às compras de diamantes pela internet, que são mais comuns nos EUA. **(Tradução de Sabino Ahumada)**

36-18/09/2014

SIDERURGIA

Gerdau e ArcelorMittal vendem Gallatin

A Gerdau e a ArcelorMittal firmaram um acordo de transação definitivo para vender suas respectivas participações de 50% na Gallatin Steel Company para a Nucor Corporation, por US\$ 770 milhões, sujeito a ajustes usuais de fechamento. A Gallatin é uma mini-mill de aços planos laminados localizada em Gallatin County, Kentucky, EUA, que derrete sucata, ferro-gusa e ferro briquetado a quente de várias fontes, e processa o material para a produção de aços laminados planos. Os ativos da Gallatin produzem uma ampla gama de aços de baixos a altos graus de carbono, com uma capacidade aproximada de 1,8 milhão de t/ano. "A decisão de vender Gallatin foi feita para que a Gerdau possa se concentrar em seus principais ativos na América do Norte. Gostaria de agradecer a toda a equipe da Gallatin por seus esforços em fazer a Gallatin uma grande empresa", disse o Diretor-Presidente da Gerdau (CEO), André B. Gerdau Johannpeter. "A venda de Gallatin tem um valor substancial para os acionistas da ArcelorMittal e é consistente com a estratégia de alienação seletiva de ativos. Eu gostaria de agradecer a todos os colaboradores da Gallatin por seu trabalho duro e compromisso durante os anos que gerenciamos essa empresa", disse Aditya Mittal, Diretor-Financeiro da ArcelorMittal. A conclusão da venda está sujeita às condições habituais de fechamento, incluindo a expiração do período de espera do Hart Scott Rodino Antitrust Improvements Act. O fechamento da transação não está sujeito a quaisquer condições

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 670

37-18/09/2014

AÇO

Produção cai 1,4% em agosto

Segundo números do Instituto Aço Brasil, a produção brasileira de aço bruto somou 2,9 milhões de t em agosto, queda de 1,4% na comparação com o mesmo mês de 2013. Já a produção de laminados atingiu 2,1 milhões t no mês, retração de 9,1% na comparação com agosto do ano passado. A produção acumulada atingiu 22,6 milhões de t de aço bruto e 16,6 milhões de t de laminados, quedas de 1,0% e 5,3%, respectivamente, sobre o mesmo período de 2013. As vendas internas somaram 1,7 milhão t em agosto, 21% a menos que em agosto de 2013, enquanto o volume acumulado foi de 14,1 milhões de t, baixa de 8% com relação ao mesmo período do ano anterior. As exportações de produtos siderúrgicos em agosto atingiram 776 mil t, com receita de US\$ 587 milhões. Até agosto, as vendas externas alcançaram 5,6 milhões t e US\$ 4,2 bilhões, o que significou um crescimento de 2,1% em volume e um aumento de 10% em valor, quando comparados ao mesmo período do ano anterior. No que se refere às importações, registrou-se em volume de 373 mil t no mês (US\$ 367 milhões) totalizando 2,8 milhões de t de produtos siderúrgicos importados no ano, alta de 15,2% em relação ao mesmo período de 2013. O consumo aparente nacional de produtos siderúrgicos em agosto foi de 2 milhões de t, totalizando 16,8 milhões de t no acumulado até agosto. Esses valores

representaram quedas de 16,6 e 4,9%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos do ano anterior.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 670

38-18/09/2014

MANGANÊS

Cancana fecha aquisição de planta em RO

A Cancana Resources fechou acordo, por meio da Brazil Manganês Corporation (BMC), para adquirir uma planta de processamento de manganês e três direitos minerários da Eletroligas, totalizando 14.986,49 hectares, em Espigão D'Oeste (RO). Com a aquisição dos três direitos, a Cancana detém agora mais de 92.073 hectares em direitos minerários de alto teor de manganês em Espigão D'Oeste. A mineradora não revelou o valor do negócio com a Eletroligas. De acordo com o CEO da Cancana, Anthony Julien, a empresa levou três meses a mais que o previsto para fechar o negócio com a Eletroligas, devido a problemas com os latifundiários. “A BMC assumiu os empregados da Eletroligas e eles já estão trabalhando com a equipe de gestão para garantir que o start up da planta corra bem”, disse Julien. “Com a planta da Eletroligas entrando em operação, a BMC está no caminho certo para atingir a meta inicial de produção para este ano, que é de 8 mil t”, disse Julien. A BMC é uma joint venture formada com a Ferrometals BV e possui, no mesmo município, a mina de manganês Valdirão.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 670

39-18/09/2014

BAUXITA

Operação em Juruti completa cinco anos

A Alcoa concluiu cinco anos de operação em sua mina de bauxita em Juruti e provocando mudanças no município paraense. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) neste período, passou de 0,389 para 0,592, segundo a última pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que apresenta os indicadores a cada dez anos. Entre 2000 e 2010, Juruti melhorou 586 posições no ranking de IDH dos municípios brasileiros. A Alcoa desenvolveu parceria com a Prefeitura local, a chamada Agenda Positiva, que contabiliza total de R\$ 69 milhões em investimentos em 54 obras, das quais 48 já foram concluídas, duas estão em andamento e quatro a se iniciar. “A avaliação é que no período de 2006 a 2011 houve uma explosão demográfica, cultural, social e econômica, no município de Juruti. A implantação do projeto da Alcoa trouxe um benefício muito grande para o desenvolvimento, não só na questão de infraestrutura, mas por ter influenciado na questão social e cultural do município”, reconhece Marco Aurélio Dolzane do Couto, Prefeito de Juruti. “Esperamos estreitar ainda mais a relação e ajudar no desenvolvimento do município. A

empresa crescendo, o município cresce junto”, declara o prefeito. A unidade da Alcoa em Juruti compreende área de lavra ou mineração, área de beneficiamento, ferrovia e rodovia de 55 km e terminal portuário às margens do Rio Amazonas. As operações completam cinco anos, mas as reservas minerais indicam uma vida útil mínima de cerca de setenta anos. “Operamos uma mina de bauxita em plena floresta amazônica com elevados padrões de sustentabilidade que refletem o nosso compromisso com a vida, seja de nossos funcionários, seja da natureza e de todas as comunidades em que estamos inseridos. É certo que todos os dias buscamos inovar em nossa forma de atuar para aumentar a competitividade das operações, por sermos uma planta ainda muito nova e diante do cenário desafiador do mercado de alumínio, mas temos um grupo comprometido e engajado em fazer tudo com muita excelência, em avançar sempre”, comenta Affonso Bizon, Diretor da Alcoa Juruti.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 670

40-18/09/2014

METSO

Seminário sobre produtividade na mineração

"Como as mineradoras podem reduzir seus custos operacionais com os ativos atuais e como fazer com que as plantas atinjam a máxima capacidade de forma mais rápida?". Estes são os dois temas do Seminário Internacional Metso (SIM), que será realizado no dia 23 de setembro, em Belo Horizonte (MG). O evento, para clientes, será aberto pelo presidente global da Metso na área de mineração e agregados, João Ney Colagrossi, que analisará as tendências e desafios do setor mineral, e contará com a participação de Marcelo Motti, vice-presidente da Metso Brasil, que vai falar sobre a atuação da empresa como uma corporação de tecnologia. Falarão também no seminário Vânia Lúcia de Lima Andrade, diretora da ABM, especialista em processos minerais, com passagem pela Vale, que abordará o futuro da mineração, e o ilusionista Rafael Bastresca.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 670

41-18/09/2014

CARVÃO

DNPM emite Termo de Imissão para CRM

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) emitiu Termo de Imissão de Posse da Lavra da malha III para a Companhia Riograndense de Mineração (CRM), através da Portaria de Concessão de Lavra nº 933. O documento permitirá a efetivação da área, que está compreendida em dois mil hectares entre Seival e o Candiote, no Município de Candiota (RS). Agora, a CRM está atrás da concessão da licença ambiental junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam).

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 670

42-18/09/2014

ALUMÍNIO

Alcoa assina contrato bilionário com Boeing

A Alcoa assinou contrato de longa duração para fornecimento de folhas e placas de alumínio à Boeing, empresa aeroespacial especializada na fabricação de jatos comerciais e de sistemas espaciais de defesa e segurança. O contrato plurianual, com valor que supera US\$ 1 bilhão, é o maior até hoje entre as duas empresas. “Este contrato histórico não só dá continuação à parceria de 35 anos entre a Alcoa e a Boeing, como leva mais adiante nossa colaboração em tecnologias metálicas de última geração”, afirmou Klaus Kleinfeld, Presidente e executivo-chefe da Alcoa. O acordo estabelece uma base para manter a colaboração em novas ligas de alta resistência e à prova de corrosão, inclusive a de alumínio-lítio, que pode ser usada em aplicações estruturais complexas.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 670

43-18/09/2014

TRAINEES

Votorantim abre inscrições para 2015

A Votorantim abriu inscrições para o seu Programa de Trainees 2015. Ao todo são 42 vagas para profissionais recém-formados, para atuar a partir de janeiro na holding e nas empresas Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Votorantim Siderurgia e Votorantim Energia. Os candidatos poderão se inscrever até o dia 06 de outubro, por meio da plataforma de relacionamento www.produzindofuturos.com. O Programa de Trainees 2015 está aberto a jovens formados entre 2012 e dezembro de 2014 nos cursos de Administração, Relações Internacionais, Comércio Exterior, Economia, Engenharia (todas as áreas), Ciências Contábeis, Estatística, Matemática, Geologia, Física, Química, Ciências Sociais, Direito, Comunicação Social, Marketing, Psicologia, Computação. “A Votorantim considera como critérios importantes o perfil empreendedor do jovem, agilidade de aprendizado de coisas novas e a vontade de realização por meio do trabalho”, diz Nilma Ribeiro, gerente de desenvolvimento da Votorantim. “No processo de seleção, a capacidade de lidar com temas complexos e de olhar para o futuro será essencial para a escolha do candidato”, explica. O Programa tem duração de 14 meses e mesclará o trabalho diário com uma sólida formação em gestão e atividades como a participação em projetos multidisciplinares, integração com diversas áreas das empresas, mentoring, contato direto com a alta liderança e, dependendo do perfil de vaga do trainee, job rotation. Todos os trainees participam ainda do Programa Potenciar, em que se juntam a outros jovens talentos da companhia para desenvolver

projetos concretos, que serão avaliados por altos executivos do Grupo, sendo cobrados em relação a metas e resultados.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 670

44-18/09/2014

Secretaria interdita depósito de rejeitos de mineração

Mais um problema envolvendo barragens de rejeitos de minério foi identificado em Minas. Após uma vistoria realizada nessa segunda em uma mina da empresa MIB Mineração, em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Semad) informou que os rejeitos da atividade no local estavam sendo armazenados de maneira irregular. De acordo com a pasta, a estrutura que era usada para guardar o material não tem as características técnicas de uma barragem – nem da chamada pilha de rejeitos – e, por isso, não se enquadrava na licença ambiental concedida à mineradora. A empresa foi autuada, e a atividade na estrutura foi suspensa.

Apesar de não cumprir os critérios técnicos, a estrutura se assemelha a uma grande barragem, de acordo com moradores da região, e tem mais de 20 metros de altura. A aposentada Rejane Moraes, 66, mora próximo à construção e conta que ela também está próxima do córrego do Feijão. Na última semana, moradores ficaram assustados após verem trabalhadores colocando terra na base da estrutura.

“Fiquei preocupada porque, se estão jogando terra, pode estar acontecendo algo. Se romper, ela vai para o córrego do Feijão”, disse, ressaltando que já fez diversas denúncias aos órgãos ambientais. A atividade mineradora também tem provocado diversos problemas nas residências da região, como trincas, rachaduras e acúmulo de poeira.

Conforme análise dos técnicos da Semad, não existe risco iminente de colapso da estrutura. No entanto, novas avaliações serão feitas, e toda a documentação técnica da mina deverá ser apresentada pela empresa.

Na tarde desta terça, a reportagem tentou contato com representantes da MIB Mineração, mas nenhum deles foi encontrado para comentar o assunto.

Herculano

A Herculano Mineração protocolou nesta terça, na Superintendência Regional de Regularização Ambiental (Supram), o plano emergencial de medidas que devem ser tomadas para estabilizar a barragem 3, que ficou comprometida após o colapso do reservatório 1.

Desaparecido

Os bombeiros realizam nesta quarta o oitavo dia de buscas por Adilson Batista, 43, desaparecido desde a última quarta-feira, quando uma barragem de rejeitos de minério se rompeu em Itabirito, matando outras duas pessoas. Cerca de 20 militares atuam no local.

Fonte: O Tempo

45-18/09/2014

China: pesquisa mineral descobre mais de 451 jazimentos minerais, em apenas quatro anos.

A Associação dos Mineradores da China informa que os trabalhos de prospecção no país, nos últimos quatro anos, já identificaram mais de 451 jazimentos minerais que variam de grandes a tamanho world class. A informação foi veiculada em um workshop sobre as operações mineiras e a prospecção mineral da China.

As reservas chinesas totalizam 3,9 bilhões de toneladas de petróleo, 2,3 trilhões de metros cúbicos de gás natural, 9,25 bilhões de toneladas de minério de ferro, 15,07 milhões de toneladas de cobre, 2.395 toneladas de ouro, 11,05 milhões de toneladas de molibdênio entre outros minérios...

O valor das descobertas adicionado ao patrimônio chinês será de vários trilhões de dólares. As operações de pesquisa mineral começaram em 2011 e deverão se prolongar até 2020. O trabalho realizado até o momento corresponde a 30% do previsto e os cálculos de reservas e avaliações de 25 jazimentos de grande porte já foram feitos entre 2011 e 2013.

É interessante lembrar que aqui no Brasil, o tempo entre a descoberta e o cálculo de reservas varia de cinco a dez anos...

O próximo passo no programa chinês é o de reformar a estrutura dos investimentos e políticas da mineração do país trazendo o governo para o meio do processo de investimento propiciando “um mercado justo e competitivo”.

Tudo aquilo que nós, aqui no Brasil, sonhamos nas últimas décadas e, infelizmente, vimos desaparecer na distância.

Aqui no Brasil, o nosso Serviço Geológico, a CPRM, investiu segundo o seu diretor presidente, Manoel Barretto, uma quantia irrisória de US\$105 milhões em dez anos, ¼ do que as junior canadenses investiram no Brasil em 2012 e, obviamente, MUITÍSSIMO menos do que os chineses investiram nestes últimos quatro anos.

Os resultados desses investimentos estão aí para ser avaliados. Todas as grandes descobertas recentes, feitas no Brasil, de ouro, ferro, cobre, manganês, fosfato e outros bens minerais foram feitas pelas junior companies. Negar essa verdade é apoiar a política xenofóbica que defende o fim das pequenas e médias empresas de pesquisa mineral e o término do direito de prioridade, que irá nos lançar, de cabeça, em um período apocalíptico onde centenas, talvez milhares de empresas de pesquisa e de prestação de serviços, serão fechadas.

Pesquisa mineral é sinônimo de riqueza. Pense nisso!

Fonte: www.geologo.com.br

46-18/09/2014

Previsão governo australiano: preço minério de ferro abaixo de \$ 100,00 para 5 anos

A previsão do governo australiano para os próximos 5 anos é de preço de minério de ferro abaixo dos \$ 100,00 por tonelada.

Fonte: Infomine

47-18/09/2014

UNIVERSIDADE NO RIO GRANDE DO NORTE TERÁ CURSO DE ENGENHARIA

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) vai criar curso de Engenharia de Minas e de Gestão Ambiental no seu novo campus em Apodi, no interior do Estado. O reitor da UERN, Pedro Fernandes, disse, durante visita ao projeto na última segunda-feira (15/09), que o campus de Apodi deverá ser temático, com cursos voltados para as riquezas da região. A empresa Antártida Construções ganhou a licitação para as obras do novo campus, orçada em R\$ 4,3 milhões. Serão 4.763 metros quadrados que abrigarão 30 salas de aula, espaço para a biblioteca, bloco de laboratórios, área de convivência e setor administrativo.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

48-18/09/2014

DEPÓSITO ANTAS NO PARÁ TEM 85 MIL TONELADAS DE COBRE

A Avanco Resources informou na última quarta-feira (17/09) que o relatório inicial de reservas provadas e prováveis, de acordo com o código Jorc, do depósito Antas, em Carajás (PA), apontou 2,649 milhões de toneladas de minério, com teor de 3,19% de cobre e 0,66 gramas de ouro por tonelada, ou seja, com 84,5 mil toneladas de cobre contido e 56.277 onças de ouro.

Segundo a mineradora, os resultados confirmam alto teor de cobre, passível de mineração a céu aberto e beneficiamento por meio de metalurgia simples.

Com vida útil da mina superior a nove anos, o objetivo da Avanco é ser a segunda maior mineradora de cobre da região de Carajás, perdendo apenas para Vale. A Avanco afirmou que não foram identificados empecilhos técnicos ou ambientais no depósito, que se encontra em uma área de mineração estabelecida e com acesso à infraestrutura.

A conversão de recursos em reservas foi alcançada em 72% dos recursos minerais medidos e indicados e 60% das reservas de minério foram classificadas com teor médio de 3,62% de cobre. Cerca de 60% das reservas de minério foram classificadas como provadas e o restante como prováveis.

A Avanco trabalha agora no desenvolvimento do depósito, providenciando o projeto de engenharia e a importação do moinho de bolas. A previsão é que potenciais financiamentos sejam concluídos em outubro e os trabalhos de construção sejam iniciados ainda este ano. A expectativa da mineradora é que o comissionamento da Fase 1 de Antas ocorra no final do segundo trimestre de 2015.

A Avanco afirmou que, enquanto acordos de comercialização ainda estão sendo confirmados, encontrar clientes para o concentrado de cobre produzido em Antas não parece ser difícil. Potenciais clientes já foram identificados no Brasil e em outros países. Segundo a mineradora, a Glencore, principal acionista da Avanco, está entre as empresas que já manifestaram interesse em adquirir o produto.

Em entrevista ao NMB, no início deste mês, o diretor da Avanco, Luiz Azevedo, afirmou que foram somente seis anos entre a empresa ser listada até a obtenção das reservas, isto com duas grandes crises no período.

A próxima etapa é conseguir US\$ 60 milhões com investidores para tirar do papel a planta e em 2015 produzir concentrado de cobre. “A Avanco vai correr atrás deste prazo. E já se prepara para começar um segundo projeto avançado, e que também deve virar mina, mas este lá para 2017”, afirmou Azevedo, na ocasião.

A Avanco Resources é responsável, além de Antas, pelos projetos Rio Verde e Pedra Branca, todos localizados na província mineral de Carajás, no Pará.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

49-18/09/2014

PROJETOS DE PESQUISA RECEBERÃO 40 MILHÕES EM INVESTIMENTOS

Edital para apoio de projetos de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação de várias áreas está aberto e engloba áreas ligadas à mineração.

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC) publicou chamada pública para seleção e financiamento de projetos de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. As inscrições podem ser feitas via Plataforma Carlos Chagas até 23 de outubro. Serão investidos R\$ 40 milhões, distribuídos em 27 áreas de interesse.

A iniciativa realizada em conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) integra a política de inovação e educação tecnológica da rede federal para o fomento da formação de recursos humanos qualificados.

Para orientar a elaboração de propostas, a chamada pública relaciona áreas de interesse como aeroespacial e defesa, alimentos, biotecnologia, energias renováveis, gastronomia, mineração, indústria naval, construção civil, energia, tecnologias etnoeducacionais em terras indígenas.

As propostas selecionadas terão 24 meses de duração. O investimento global será de R\$ 40 milhões, distribuídos em parcelas nos anos de 2014, 2015 e 2016.

Áreas contempladas

O apoio governamental é destinado a quatro linhas de pesquisa.

- A primeira se dirige à pesquisa aplicada, desenvolvimento e inovação que visem à solução de problemas do setor produtivo.
- A segunda, em melhoria contínua e no aumento da competitividade de empresas, associações e cooperativas. No caso desses dois itens, as empresas beneficiárias devem contribuir com, no mínimo, 10% do valor da verba pública empregada.
- A terceira linha é a preparação de estudantes da educação profissional dos institutos federais para competições de conhecimento e competências técnicas de abrangência regional, nacional e internacional.
- A quarta seleciona projetos elaborados e executados por professores com a participação obrigatória de alunos de cursos técnicos, com foco na solução de problemas de natureza institucional, empresarial ou comunitária.

Requisitos

Para apresentar projeto, o candidato deve cumprir uma série de requisitos, tais como:

- Ter o currículo cadastrado na Plataforma Lattes e atualizado;
- Ser professor, pesquisador, servidor técnico, desde que vinculado a um dos 38 institutos federais de educação profissional e tecnológica presentes em todos os estados e no Distrito Federal;
- No caso de servidor aposentado, o profissional precisa comprovar na Plataforma Lattes que mantém atividade acadêmico-científica e apresentar declaração da instituição executora do projeto concordando com sua participação.

As propostas podem ser apresentadas até 23 de outubro deste ano.

Financiamento

Os recursos desta chamada pública se destinam ao custeio, capital e bolsas. O custeio compreende itens como material de consumo, serviços de terceiros, passagens e diárias; a verba para capital é destinada a equipamentos, material permanente e bibliográfico.

As bolsas têm quatro modalidades: desenvolvimento tecnológico e industrial (DTI), extensão no país (EXP), apoio técnico em extensão no país (ATP) e iniciação tecnológica e industrial (ITI).

Fonte: IBRAM – Profissionais do Texto com informações do MEC

50-19/09/2014

Região registra déficit social na comparação com o resto do Brasil

Por **Sergio Adeodato** | **Para o Valor, de Belém**

A Amazônia é uma terra de superlativos. Guarda a maior floresta tropical do planeta, onde estão os mais expressivos estoques de biodiversidade, carbono e água doce da superfície terrestre. Ninguém duvida do quanto é estratégica ao equilíbrio climático global. Mas quando o assunto sai do campo ambiental e entra no social, o quadro é preocupante. Tal constatação não é propriamente uma novidade, porque desde muito tempo as estatísticas nacionais revelam o nível da pobreza e a deficiência de acesso a serviços básicos naquele território, que corresponde a 61% da área total Brasil. A notícia é que pela primeira vez um novo índice mais completo e abrangente, aplicado aos nove estados e 772 municípios amazônicos, dimensionou a disparidade entre as condições de vida na floresta e a realidade do resto país.

E a conclusão foi nada animadora. A Amazônia apresenta um significativo déficit em relação ao Brasil, conforme mediu o Índice de Progresso Social (IPS). Os resultados foram inferiores para quase todos os quesitos e o cálculo final situou-se abaixo da média nacional. "Como região estratégica para o mundo, está abaixo do aceitável", adverte Adalberto Veríssimo, do Imazon, coordenador do projeto.

A análise abrange 43 indicadores, agrupados em três dimensões: necessidades humanas básicas, fundamentos para o bem-estar e oportunidades, segmento que teve o pior desempenho. Nessa categoria, foram avaliados quesitos como direito e liberdade individuais, tolerância e acesso à educação superior. Por outro lado, a melhor pontuação, única situada acima da média nacional, foi alcançada pelo tema "sustentabilidade dos ecossistemas", devido principalmente à queda no desmatamento nos últimos dez anos.

Um dos objetivos foi entender como o progresso social influencia o desenvolvimento econômico. Alguns municípios com renda per capita baixa apresentaram IPS alto em relação a outros que estão na mesma faixa econômica. Não é verdade que necessariamente um melhor padrão econômico resulta em boas condições sociais. Parauapebas (PA), polo de mineração, tem renda per capita relativamente alta, de R\$ 7,5 mil, e ocupa a 184ª posição no ranking social. Ao mesmo tempo, o município de Parintins (AM) registra renda de apenas R\$ 3,7 mil e está em 74ª lugar no índice, o que sinaliza a existência de políticas e arranjos locais para fazer mais com menos.

"Entender as especificidades da Amazônia é importante para a formulação de políticas públicas mais adequadas", pondera Veríssimo. Desenvolvido no mundo por um conjunto de instituições, como o Massachusetts Institute of Technology (MIT), Harvard University e University of Oxford, o índice reúne parâmetros como sustentabilidade e segurança pública, que vão além dos utilizados por indicadores tradicionais. Na Amazônia, a iniciativa foi aplicada com apoio da Climate and Land Use Alliance e outras entidades, gerando 12 mapas que retratam questões essenciais às condições de vida, como o saneamento, que na floresta teve metade da nota recebida pelo Brasil como um todo.

51-19/09/2014

Sustentabilidade preocupa concorrentes

Por **Maria Alice Rosa** | Para o Valor, de São Paulo

O contraste entre a exuberância das riquezas naturais nos nove Estados da Amazônia Legal e seus baixos índices sociais desafia seus governantes a buscar soluções de desenvolvimento sustentável ajustadas às peculiaridades da região. Nos quatro Estados com as maiores economias da Amazônia Legal, os candidatos que lideram as pesquisas eleitorais para os governos estaduais prometem enfrentar o problema com medidas que já demonstraram eficácia. Mas eles também afirmam querer descobrir como fazer com que as riquezas de seus Estados sejam transformadas em ativos econômicos que efetivamente tenham impacto na vida de seus habitantes, sem colocar em risco os recursos naturais.

Em seus 5,2 milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia Legal abriga a segunda maior área florestal do planeta, a maior reserva de água doce do mundo, cerca de 30 mil espécies vegetais conhecidas, aproximadamente três mil espécies de peixes e centenas de espécies de anfíbios, répteis, pássaros. Seus Estados se destacam em setores como agricultura, pecuária, mineração e energia. Esta mesma área, onde vivem 26 milhões de habitantes - incluindo a maior população indígena do país com cultura preservada - é também cenário de desmatamentos de proporções gigantescas, conflitos pela terra, degradação de rios, pesca predatória, falta de saneamento básico, baixos índices de educação e níveis elevados de pobreza.

No relatório Índice de Progresso Social (IPS) Amazônia 2014, divulgado em agosto pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a região aparece com um índice social 15% inferior à média nacional. Criado como uma alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB) para avaliar o desenvolvimento, o IPS considera aspectos classificados como necessidades humanas básicas, fundamentos para o bem-estar e oportunidades. No caso da Amazônia, o Índice de Progresso Social médio foi de 57,31, enquanto a média brasileira é de 67,73. De acordo com o relatório, uma das diferenças do IPS em relação ao PIB e ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o forte peso do crescimento econômico sobre os resultados nos dois últimos (veja matéria na página F7).

Considerados os critérios do PIB, o Estado do Pará lidera na Amazônia Legal, com R\$ 88,3 bilhões, participando com 2,3% do PIB nacional, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes a 2011. Em seguida aparece o Amazonas, com R\$ 64,5 bilhões e participação de 1,5%; seguido pelo Mato Grosso, com R\$ 71,4 bilhões e 1,8% do PIB brasileiro; e o Maranhão, com R\$ 52,1 bilhões, ou 1,3% do total nacional. O quinto lugar é de Rondônia, com R\$ 27,8 bilhões (0,8%) e o sexto é de Tocantins, com R\$ 18 bilhões (0,5%). Amapá fechou 2011 com R\$ 8,9 bilhões (0,2%), enquanto o Acre somou R\$ 8,7 bilhões (0,2%) e Roraima, R\$ 6,9 bilhões, ou 0,2% do PIB brasileiro.

Nos quatro Estados com maior fatia do PIB nacional, todos os candidatos que lideram as pesquisas eleitorais se dizem comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Em comum, afirmam que pretendem aprimorar o combate a crimes ambientais, estimular a agricultura familiar e buscar novos nichos que possam se tornar ativos econômicos sustentáveis, com base nas potencialidades locais, criar oportunidades de criação de empregos e a geração de renda para as comunidades e preservar as Unidades de Conservação (UCs) em seus Estados.

52-19/09/2014

Agenda

Moody's

A agência de classificação de risco de crédito Moody's realiza sua conferência anual em São Paulo. Entre os temas abordados no evento estarão os prospectos para o rating soberano do Brasil após as eleições, os setores de mineração, siderurgia e agronegócio, o efeito da seca prolongada para o setor elétrico e o as perspectivas para os bancos. O evento anual reúne investidores, emissores de bonds e outros participantes do setor financeiro. Participação gratuita, mas as vagas são limitadas.

Data: 30 de setembro

Horário: das 8h às 12h15

Local: Hotel Caesar Park - R. Olimpíadas - Itaim Bibi, São Paulo - SP

Informações: (11) 3043.7300.

53-19/09/2014

Apetite por investimentos e as oportunidades do futuro

Por **Rodrigo Baggi e Bruno Rezende**

Sobraram notícias ruins sobre a economia brasileira no primeiro semestre. Uma avalanche de choques negativos prejudicou ainda mais os resultados que, diga-se de passagem, já seriam deprimentes em 'condições normais de temperatura e pressão'. Além da equivocada gestão macroeconômica, fatores específicos como o risco crescente de racionamento, recessão na Argentina, travamento na cadeia automotiva e paralisia

generalizada dos negócios durante a Copa ajudam a explicar como chegamos ao 'pibinho' e à pior taxa de investimentos (FBCF/PIB) desde 2006, que passou de 19,5% para 16,5% no atual governo.

Nesse ambiente, tumultuado também pelo cenário eleitoral, as decisões dos empresários são postergadas e cria-se um círculo vicioso muito complicado para a atividade econômica, com total dependência de um gatilho que reverta expectativas e torne menos nebuloso o cenário para os próximos anos. Além de todos os dados agregados já divulgados, podem-se identificar algumas nuances setoriais que merecem atenção e onde estarão as maiores oportunidades de negócios o próximo ciclo que se inicia a partir de 2015.

Primeiramente, no que tange ao 'espírito animal' e humor dos empresários do país, tem sido particularmente útil o acompanhamento de um indicador construído para quantificar o apetite do setor privado para novos aportes. O Índice Tendências de Intenção de Investimentos (ITII) se baseia nos anúncios de novos investimentos em termos de valores e quantidade em cada setor - divulgados na imprensa, na mídia especializada e nos relatórios das empresas de capital aberto. A análise desse indicador permitiu afirmar que houve intensa piora da evolução mensal dos valores anunciados, com queda de 26% no primeiro semestre de 2014, em valores deflacionados para todos os setores.

Há polos regionais de prosperidade que têm ignorado a estagnação e avançam com o impulso do setor privado

Isso significa que, em termos reais, a soma anunciada de recursos para investimentos no setor privado foi a pior desde o primeiro semestre de 2009. Por sua vez, do ponto de vista da quantidade de anúncios de novos aportes, os níveis se mantiveram um pouco acima dos patamares do ano passado - mas ainda configurando desaceleração frente ao período entre 2010 e 2012. Embora seja importante destacar que os anúncios apresentam elevado grau de volatilidade em toda a série histórica e que nem todas as divulgações se concretizam em projetos até sua efetiva conclusão, a correlação de 66% entre o indicador e a produção industrial de seis meses à frente justifica certa preocupação derivada desse desempenho negativo da intenção de investimentos do setor privado - o que, evidentemente, já tem se materializado nas estimativas mais pessimistas para o crescimento brasileiro também até 2015.

Em especial, a evolução do ITII também indicou que o cenário desfavorável para os preços internacionais de commodities agrícolas e metálicas pode ter exercido importante influência negativa nesse período recente. No primeiro semestre, o valor anunciado para investimentos no setor de mineração caiu 77% e a queda em termos da quantidade foi de 69% comparativamente ao primeiro semestre de 2013. O pano de fundo deste panorama, vale frisar, consiste na trajetória declinante dos preços do minério de ferro e outras commodities minerais após alguns anos com a capacidade de oferta crescendo acima da demanda.

Do ponto de vista das commodities agrícolas, a queda das cotações devido à robusta recomposição global da oferta da maioria dos grãos e oleaginosas nesta safra 2014-15 tem pressionado a rentabilidade dos produtores e prejudicado a intenção de novos investimentos no setor. Assim, não é surpresa que o ITII também mostre que os anúncios de aportes para o setor de agronegócio e alimentos e bebidas caíram 81% e 47%, respectivamente, em termos de valores e quantidade nesse primeiro semestre.

Ora, se os exemplos apresentados acima evidenciam que não se pode desprezar componentes externos e conjunturais afetando o humor do empresariado e a condução dos investimentos, também nos lembram de que é a vantagem comparativa brasileira em alguns setores - além de seu enorme mercado consumidor - que orientará os destaques do crescimento econômico do país nos próximos anos, com implicações diretas sobre a dinâmica regional desse desenvolvimento na sua forma mais estrutural.

O potencial ainda existente para o agronegócio brasileiro, os investimentos programados da Petrobras e a exploração da camada do pré-sal, os projetos de mineração da Vale com custos mais competitivos, o potencial ainda existente para as vendas no setor imobiliário e o retorno dos projetos de infraestrutura ao centro do debate sobre planejamento público de longo prazo são alguns dos exemplos que nos devolvem certo otimismo com o potencial para a evolução dos investimentos nos próximos anos.

Não por acaso, a projeção da Tendências para o crescimento anual da renda das famílias nas regiões Norte e Nordeste, que justamente registram maior crescimento no número de investimentos anunciados, situa-se cerca de 1 ponto percentual acima da média brasileira até 2019. Se adicionarmos o fato de que nessas regiões o potencial para a alavancagem do crédito também é o mais elevado - haja vista o reduzido endividamento e comprometimento da renda com dívidas bancárias - conclui-se que mesmo setores sensíveis à competição externa deverão reorientar seu planejamento para atender à demanda potencial das regiões periféricas às grandes metrópoles, em especial daquelas regiões.

Em suma, entendemos por que se tornou comum afirmar que, em meio a um Brasil empacado com pouco investimento e muitos entraves burocráticos e logísticos, ainda há polos regionais de prosperidade que têm ignorado a estagnação e avançam com o impulso do setor privado em setores de destaque.

No entanto, o tamanho desse Brasil que investe e funciona continuará sendo condicionado por uma adequada gestão de políticas públicas, por uma agenda de reformas estruturais e por marcos regulatórios que viabilizem novamente a retomada dos projetos. Ainda mais urgentemente, necessita-se de um verdadeiro choque de expectativas para reverter o atual sentimento de prostração do empresariado - e as eleições presidenciais terão papel fundamental nesse processo.

Rodrigo Baggi e Bruno Rezende, respectivamente mestre em Economia pela FEARP-USP e mestre em Finanças pela Durham Business School (UK), são economistas da Tendências Consultoria.

54-19/09/2014

Ativos ainda em poder de Eike valem US\$ 300 milhões

Por **Graziella Valenti | De São Paulo**

A reestruturação do grupo EBX, do empresário Eike Batista, está com mais de 60% dos trabalhos concluídos. A holding do empresário tem entre US\$ 200 milhões e US\$ 250 milhões que podem ser obtidos com a venda dos ativos que ainda não foram alienados. Estão neste grupo CCX, IMX e a empresa de imóveis Rex, dona da Marina da Glória, do Hotel Glória e do Parque do Flamengo. Outros US\$ 40 milhões podem ser levantados com a venda de seu avião. Recentemente, a EBX vendeu a mina de ouro AUX, na Colômbia, por US\$ 400 milhões a fundos do Qatar.

A etapa final da reorganização em curso é fechar o reescalonamento das dívidas com o fundo Mubadala, que possui recursos soberanos de Abu Dhabi, e com os bancos nacionais Itaú e Bradesco.

Há pouco mais de um ano, a reorganização da EBX é conduzida por Ricardo Knoepfelmacher. Quando a reestruturação chegou ao grupo, as dívidas eram da ordem de R\$ 23 bilhões. Os dois maiores débitos, abaixo de OGX e OSX, estão com o processo de recuperação judicial em andamento. No caso da OGX, em breve deve ser feita a conversão das dívidas em capital, eliminando pouco menos de R\$ 12 bilhões do total geral de pendências financeiras de Eike. Quando a recuperação de OSX estiver aprovada por seus credores, mais R\$ 8 bilhões serão eliminados.

Com isso, as dívidas ainda não encerradas somam cerca de R\$ 3 bilhões - em sua maioria com Mubadala, Itaú e Bradesco.

As participações acionárias que Eike ainda possui nas companhias que criou estão todas dadas em garantia a estes credores. Na prática, significa que o empresário não pode vender tais papéis. A decisão de momento e preço de venda depende do aval dos bancos. Os papéis não foram transferidos a estas instituições porque ainda estão em curso as negociações sobre quanto do endividamento elas abateriam.

Com o Mubadala, que já assumiu 10% da Prumo, antiga LLX, e também da MMX, as conversas dariam mais prazo a Eike, na expectativa de valorização dos ativos hoje detidos. Está em discussão que duas novas avaliações das garantias sejam feitas em 2017 e 2019. A partir de então é que se definiria o que fazer com os débitos não cobertos pelas garantias, caso existissem. Nas conversas com Itaú e Bradesco, as premissas são semelhantes. Mas o prazo, muito maior. A carência de Eike iria até 2026, pelo menos.

O encolhimento do grupo do empresário não é medido apenas pelas finanças. É tangível. A EBX funciona hoje na sua sede original, na praia do Flamengo, depois dos áureos tempos no pomposo edifício Serrador. O custo mensal da holding está em cerca de R\$ 2 milhões. A companhia é conduzida atualmente por 53 funcionários - pouco mais de 10% dos 470 do auge do grupo.

A mais nova batalha que o empresário trava é com o Ministério Público Federal, que bloqueou as contas e as ações detidas por ele, devido à acusação do crime de uso de informação privilegiada e também pela não concretização do aporte de US\$ 1 bilhão na OGX, conforme acordo firmado por Eike com a empresa antes de seu colapso. Ponto central da preocupação do Ministério Público é o prejuízo sofrido pelos investidores da empresa, seus acionistas.

Contudo, vale lembrar que caso Eike honrasse tal compromisso - a despeito do plano de negócios original não mais existir -, o dinheiro iria para os credores que têm preferência no recebimento. Aos acionistas nada sobra. Trata-se do capital de maior risco existente, conforme a própria Lei das Sociedades Anônimas esclarece. Na eventualidade da liquidação dos negócios, nada resta aos acionistas. São os últimos da fila a receber - sendo que quase sempre nesses casos não há dinheiro suficiente sequer para pagar os primeiros da lista, destacadamente o Fisco e os empregados.

Na petroleira OGX, os credores abriram mão de cobrar tais recursos de Eike. Tal decisão já foi até mesmo referendada pela assembleia de credores da empresa, hoje denominada OGPar - Óleo e Gás Participações.

No início de 2009, Eike Batista fez o negócio que mais fama e dinheiro lhe rendeu, a venda da mina de ferro da MMX à companhia Anglo America. Recebeu na ocasião US\$ 5,5 bilhões em dinheiro. Recursos estes que foram majoritariamente aplicados por ele de volta em seus negócios - portanto, perdidos em sua maioria.

Pessoas próximas ao empresário desde a época de bonança e crédito farto afirmam que ele depositou, de seu próprio bolso, pelo menos US\$ 2 bilhões para realizar a dragagem necessária no porto de Açu.

55-19/09/2014

Candidatos definem planos para região

Por **Maria Alice Rosa** | **Para o Valor, de São Paulo**

Os planos dos principais candidatos à Presidência da República para o desenvolvimento sustentável do Brasil têm na Amazônia Legal um de seus grandes desafios, em vista do caráter superlativo das riquezas naturais disponíveis e também das necessidades sociais de sua população. Nos programas de governo de Dilma Rousseff (PT), Marina Silva (PSD) e Aécio Neves (PSDB), estimular o crescimento econômico da região com preservação de recursos naturais e avanço social exige soluções que envolvem o aperfeiçoamento de sistemas de monitoramento e combate a crimes ambientais, o

enfrentamento da questão fundiária, investimentos em ciência e tecnologia e estímulo a atividades com potencial de criação de emprego e geração de renda para as comunidades locais.

Recentemente, a presidente Dilma Rousseff informou que não vai lançar um plano de governo para esta eleição, com o argumento de que seus programas já estão em andamento e as diretrizes principais foram registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Com base neste documento, a presidente afirma que, em âmbito nacional, pretende aprofundar o processo de licenciamento ambiental com a regulamentação da Lei Complementar 140, que define as atribuições de cada ente federativo em relação às licenças; dar prioridade à segurança hídrica e reforçar a redução das emissões de carbono por meio do combate ao desmatamento, principalmente na Amazônia. A candidata também cita entre as prioridades o fortalecimento da reestruturação produtiva em direção à economia de baixo carbono e a aceleração da implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Especificamente para região, estão em andamento programas como o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que, entre outros pontos, estabelece metas de redução no índice de desmatamento anual da Amazônia e expansão da área de florestas plantadas; o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), voltado para a conservação florestal; o Bolsa Verde, pelo qual é concedido benefício trimestral de R\$ 300 para famílias em situação de extrema pobreza que contribuem com a conservação e fazem uso sustentável de recursos naturais.

Há também o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDam), conjunto de ações de ordenamento territorial e fundiário, monitoramento e controle ambiental, além de fomento a atividades produtivas sustentáveis, em parceria com governos estaduais, prefeituras, entidades da sociedade civil e o setor privado. Outro programa em curso é o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que define diretrizes para orientar e auxiliar no desenvolvimento da região, enquanto o Fundo Amazônia, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), apoia por meio de financiamentos os projetos com base em critérios ambientais.

No começo de setembro, levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostrou que o desmatamento voltou a crescer na Amazônia depois de cinco anos seguidos de queda. Entre agosto de 2012 e julho de 2013, o aumento foi de 29%, em relação ao ano imediatamente anterior. Na comparação com 2004, porém, houve um recuo de 79% na área devastada. "Mesmo com a expressiva redução do desflorestamento na Amazônia ocorrida nos últimos anos, os índices do país ainda são extremamente altos", afirma Marina Silva, em entrevista concedida por e-mail. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam a eliminação anual de cerca de 23,5 mil quilômetros quadrados de vegetação nativa entre 2002 e 2008, com impacto maior no Cerrado, segundo a candidata.

Para deter a perda de biodiversidade e reverter a situação, a candidata pretende manter o PPCDam na Floresta Amazônica por entender que a experiência até agora foi bem-

sucedida, além ampliar seu alcance para os demais demais biomas do país - Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pantanal e Pampas. Marina Silva também defende o manejo florestal contra o desmatamento e como um meio de assegurar geração de renda. Um dos objetivos, segundo ela, é duplicar a área sob manejo florestal sustentável (Amazônia e Caatinga). Ela também pretende adotar políticas públicas específicas para estimular o desenvolvimento da agricultura familiar, ampliando a destinação de recursos para que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) desenvolva tecnologias destinadas à atividade.

Evolução do turismo pode estimular a formação de novas cadeias de serviços e gerar empregos

Outra medida com impacto na criação de emprego e produção de renda na Amazônia, segundo ela, é criar condições para o desenvolvimento do setor de turismo e viagens, responsável por um a cada 11 empregos no mundo e pouco explorado no Brasil. "O país precisa viabilizar com urgência um programa de visitação das Unidades de Conservação, estimulando a formação de cadeias de serviços", afirma, explicando que o plano deverá especificar as UCs prioritárias e considerar estratégias de atração de investimentos como o modelo de parceria público-privada para que os parques da Amazônia, por meio do turismo sustentável, transformem-se em importante fonte de renda para a região. Ela diz ainda que pretende dar prioridade e qualificar os processos de regularização fundiária na Amazônia. Uma das ideias é unificar e modernizar os cadastros de terras que existem no país.

Segundo Marina, também é necessário incluir os setores de comércio e serviços em programas de apoio ao desenvolvimento, ampliar de R\$ 2 milhões para R\$ 5 milhões o limite de crédito por tomador no Plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC) e promover a meta de desmatamento zero, detendo o avanço da agropecuária nas áreas de florestas e direcionando o segmento para as áreas já desmatadas. Outra proposta é reformular e dinamizar o Centro de Biotecnologia da Amazônia e outros núcleos de pesquisa da região, além de "promover ambiente favorável à inovação, reformulando o marco legal sobre acesso aos recursos genéticos e repartição de benefícios, recuperando investimentos e desenvolvendo produtos da biodiversidade."

Para Aécio Neves, em respostas dadas por e-mail, a Amazônia revela "as contradições do nosso modelo de desenvolvimento, pois concentra a maior riqueza de recursos naturais do país e sua população tem IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] abaixo da média nacional." Segundo ele, a região é exportadora de insumos e matérias-primas como madeira, minério e energia, atividades sem agregação de valor. É preciso criar alternativas para tornar sustentáveis os setores fortes, mas também buscar soluções que possam agregar valor a estes setores, defende o candidato.

Aécio considera fundamental promover uma integração maior da Amazônia Continental, unindo todos os países da Bacia Amazônica, em vista dos interesses comuns na área florestal, no campo da biodiversidade e na gestão das águas. "Propomos

também uma mudança radical na gestão das Unidades de Conservação, entendendo que podem se transformar em uma fonte extraordinária de receitas", afirma o candidato, citando o potencial turístico da Amazônia, como também destaca Marina Silva. Em relação ao desmatamento, ele afirma que "a solução definitiva não virá apenas com controle e fiscalização, mas alinhada à ideia de uma economia de baixo carbono".

O candidato também destaca em suas propostas o estímulo ao manejo sustentável da floresta, o investimento em economia da biodiversidade, a implementação de uma política de pagamento por serviços ambientais, prioridade à regularização fundiária e demarcação de terras indígenas, além de políticas destinadas à criação de emprego e geração de renda para as comunidades da região. Para Aécio, instituições federais, como o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Retornáveis) e Funai (Fundação Nacional do Índio), "vivem à mingua, sem condições institucionais e operacionais de agir e muito menos de liderar um processo ordenado de ocupação do grande espaço amazônico, assegurando a proteção de seu imenso patrimônio natural".

Ele diz que, para que as ações direcionadas ao desenvolvimento sustentável tenham efeito, será necessário fortalecer a atuação dos órgãos e entidades federais, em articulação com os estados e municípios, o setor empresarial e a sociedade civil.

56-19/09/2014

Projetos no Pará juntam ambiente e crescimento

Por **Maria Alice Rosa | De São Paulo**

A produção industrial do Pará foi a que mais cresceu no Brasil este ano. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expansão foi de 10,9% entre janeiro e julho, período no qual a maioria dos Estados do país apresentou retração. Em 12 meses terminados em junho, o crescimento foi de 7,9%. Com grandes obras de infraestrutura em andamento, o Estado tem atraído investimentos que, até 2018, devem somar R\$ 213 bilhões em recursos públicos e privados, segundo a federação estadual das indústrias.

O desafio, na visão dos candidatos que lideram as pesquisas eleitorais ao governo paraense, é fazer com que este desenvolvimento ocorra de maneira sustentável, proporcionando avanços nas áreas sociais e ambientais. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Pará foi o Estado que mais desmatou florestas entre agosto de 2012 e julho de 2013. Foram atingidos 2.346 km² no Estado, 35% mais que no ano anterior.

"É necessário adotar uma macroestratégia de ressignificação do papel das instituições que atuam diretamente com as questões sociais, produtivas e ambientais, para quem elas possam promover, em vez de restringir, o desenvolvimento sustentável", afirma Helder Barbalho, candidato a governador pelo PMDB. Ele explica que o Pará tem 12 regiões de integração - Lago de Tucuruí, Rio Caeté, Guamá, Rio Capim, Carajás, Araguaia, Xingu, Tapajós, Baixo Amazonas, Tocantins, Marajó e Região Metropolitana de Belém. "É preciso construir um mosaico de soluções de preservação e conservação ancorado na

realidade de cada região, pois temos, além de florestas, manguezais, campos, cerrado, rios, lagos, uma costa atlântica e riquezas minerais. Cada região exige uma gestão específica", afirma.

Para Simão Jatene, que disputa a reeleição a governador pelo PSDB, um dos caminhos para promover o desenvolvimento sustentável é aliar políticas nacionais e estaduais a uma gestão cada vez mais próxima do município. "Se você não conseguir fazer com que a comunidade local perceba o conceito de produzir e preservar, terá poucas chances de promover a mudança", afirma. Segundo ele, esta visão inspirou a criação do Programa Municípios Verdes (PMV), instituído em parceria com prefeituras e instituições públicas e privadas, com o objetivo de combater o desmatamento e fortalecer a ação rural sustentável. O projeto, que foi lançado em 2011 e conta com a adesão de 104 municípios, tem por base a realização de pactos locais para a adoção de ações de ordenamento ambiental e fundiário, estruturação da gestão municipal, monitoramento do desmatamento e implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O cadastro é destaque nas propostas de governo de Jatene.

"Queremos transformar o CAR em um canal para o enfrentamento de um dos maiores desafios do Pará, que é a regularização fundiária. Já temos 120 mil produtores cadastrados, cujas informações formam um banco de dados que vai tornar mais ágil esta regularização, além de contribuir para a definição de medidas", afirma Jatene. Ele também defende medidas que descentralizem a concessão de licenciamento ambiental, ampliem a produtividade pecuária para que parte das áreas de pastagens dê lugar à produção agrícola, e medidas de estímulo como o ICMS Verde, incentivo tributário aos municípios que avançam no combate ao desmatamento. Jatene diz que o Estado tem grande potencial econômico no processamento de produtos agrícolas, como grãos e palma, deixando de atuar como um corredor de exportação e agregando valor aos produtos.

Barbalho destaca em seu programa de governo o compromisso de definir, junto às comunidades tradicionais e povos indígenas, "a instrumentalização de mecanismos que diminuam a desigualdade econômica, a partir do fortalecimento de cadeias e arranjos produtivos locais". Ele também considera importante avançar em segurança e estabilidade jurídica para o setor produtivo, estimular o aumento da produtividade agropecuária; promover o desenvolvimento do setor pesqueiro, dinamizar as cadeias produtivas florestais, priorizar a agricultura comunitária, familiar e solidária, e rever a política mineral atual com foco no desenvolvimento sustentável, entre outros pontos.

57-19/09/2014

Sinal amarelo

Por Sergio Adeodato | Para o Valor, de Belém

Desde que a derrubada de árvores na Amazônia Legal atingiu o pico de 27,7 mil km², em 2004, e colocou o país no centro da pressão ambientalista, os números da destruição da floresta caíram ano a ano e contribuíram para uma posição confortável do governo nas negociações climáticas globais. Mas os últimos dados oficiais de satélite

consolidados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) confirmaram uma suspeita já levantada mensalmente pelo sistema em tempo real: a retomada do desmatamento na região.

Entre 2012 e 2013, a taxa da devastação subiu 29%, no total de 5,9 mil km², área equivalente a quatro vezes o território da capital paulista. Com um alerta: segundo analistas, uma inversão da tendência de queda verificada na última década poderá comprometer futuras metas da política brasileira sobre mudança do clima.

Para compensar o aumento dos gases do efeito-estufa resultantes da degradação da floresta, o arrocho para o corte de carbono poderá recair sobre a indústria e a geração e uso de energia, na perspectiva de um novo acordo climático global pós-2015, com compromissos obrigatórios também para os países emergentes. Os últimos dados científicos que apontam um recorde de emissões de carbono no planeta mobilizam pressões para objetivos mais ambiciosos e abrangentes. Graças principalmente ao declínio do desmatamento, o Brasil já cumpriu dois terços da meta voluntária de reduzir gases estufa entre 36,1% e 38,9% até 2020, em relação ao que emitiria se nada fosse feito.

"A retomada do desmatamento não tem apenas um vilão; é fruto de várias dinâmicas que ocorrem na região", analisa Mario Monzoni, diretor do Centro de Estudos em Sustentabilidade, da Fundação Getulio Vargas (FGV), em São Paulo. A saída, segundo ele, está nas mudanças produtivas na agropecuária, com recuperação de pastagens e outras áreas degradadas a partir do Plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC), monitorado pela instituição, com apoio da Climate and Land Use Alliance (Clua).

Há 15 milhões de hectares de áreas já degradadas que podem ser reutilizadas na Amazônia, sem necessidade de derrubar mais árvores. "Mas hoje 70% do crédito liberado com essa finalidade se destina a outras regiões do país, como Sudeste e Centro-Oeste", adverte Monzoni, para quem o país deve se preparar porque as cobranças globais sobre emissões de carbono "ficarão sérias a partir de 2020".

Até o fim da década, a meta voluntária brasileira é a redução do desmatamento em 80%, em relação à média entre 1996 e 2005, conforme estabelece o Decreto 7390/2010, que regulamentou a Política Nacional sobre Mudança do Clima. O objetivo já foi superado, mas a atual virada dos números mostra que o futuro é incerto.

"A política de controle passará pelo grande teste dos impactos de megaprojetos, como hidrelétricas e portos para escoar produção de minérios e grãos por rios amazônicos com menor custo de logística", prevê Monzoni.

Os recentes números da perda florestal expõem a complexidade do tema e acendem o debate sobre o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCDAm), criado pelo governo federal em 2004 como resposta ao quadro alarmante da época. A primeira etapa priorizou o comando e a vigilância, com operações policiais de grande porte, avanço no sistema de monitoramento por satélite e uma lista negra dos

municípios que mais desmatam, sujeitos a embargos comerciais e restrições de acesso a recursos.

Em 2008, o Banco Central condicionou a regularidade ambiental e fundiária ao financiamento agropecuário no bioma Amazônia. Na atual fase do plano, a terceira e última, prevista para terminar em 2015, o alvo é a melhoria do controle e o fomento a atividades produtivas sustentáveis, ainda pontuais e de pequena escala, incapazes de competir com modelos predatórios.

"Os pontos positivos são inegáveis, mas os ganhos na redução do desmatamento são frágeis, porque as ações no contexto social e econômico ligado à conservação da floresta têm sido pouco eficientes para inverter a lógica da degradação", avalia Marco Lentini, coordenador do Programa Amazônia do WWF-Brasil. Ele ressalta que avanços como a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) pelas propriedades, como determina o Código Florestal, não devem ser efetivados no curto prazo devido às mudanças de gestão nos governos estaduais.

"A redução do desmatamento em determinado território, como medida única, não significa o direcionamento rumo a um contexto de sustentabilidade", pontua o consultor Guilherme Abdala, ex-coordenador de monitoramento do Ibama, em documento encomendado pelo WWF para subsidiar a replicação da política brasileira nos demais países amazônicos. "Apesar dos bons resultados, não há garantia de que a curva de decida do desmatamento seja retomada, nem que haja proteção definitiva da floresta por meio de atividades econômicas sustentáveis", ressalta Abdala.

Para ele, "as metas do PPCDAm são vulneráveis a movimentos, inclusive dentro do governo, para flexibilizar o Código Florestal, diminuir unidades de conservação e terras indígenas, alterar a legislação sobre exploração mineral e ainda estimular projetos de grande impacto, como hidrelétricas".

Em resposta, Juliana Simões, gerente de projetos do departamento de políticas para o combate ao desmatamento, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), alega que "após a drástica redução dos números, há menos gordura a cortar e a oscilação da taxa já era esperada quando chegássemos ao atual patamar". A proposta é prorrogar o plano, com uma agenda positiva de incentivos para dar escala à economia florestal.

O Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES com dinheiro da Noruega, tem hoje R\$ 860 milhões de recursos comprometidos para 55 projetos, dos quais R\$ 262 milhões - equivalentes a 0,07% do PIB regional- foram efetivamente desembolsados.

Até o fim do ano, informa Juliana, o MMA deverá criar uma alternativa de governança em substituição à moratória da soja. O mecanismo original de controle, criado em 2006 pela associação das empresas do setor com apoio de ONGs para restringir o comércio de grãos oriundos de áreas desmatadas, será encerrado em dezembro.

Para Paulo Barreto, pesquisador do Imazon, não bastam medidas emergenciais de comando e controle. São necessárias ações estruturantes, como regularização fundiária e combate à grilagem de terras públicas, principal nó do desmatamento. "A insegurança sobre posse de terras afasta investimentos", explica Barreto, ao reforçar que "não adianta fomentar atividades sustentáveis se o ambiente para negócios está ruim".

Em sua opinião, a especulação fundiária é protegida pelo governo, que vende terras públicas a grileiros abaixo do valor de mercado. O baixo custo induz o produtor à exploração ineficiente e predatória, até esgotar o solo e partir para a abertura de novas frentes. Segundo Barreto, a arrecadação de Imposto Territorial Rural (ITR) no Pará foi de R\$ 5 milhões, em 2011. Mas o potencial de receita seria de pelo menos R\$ 271 milhões, se considerado o valor de mercado dos imóveis - conta conservadora, pois abrange amostra de apenas um terço das propriedades cadastráveis no CAR.

O avanço da degradação não está associado ao comportamento do mercado de commodities, como ocorria antes. Pela análise de Barreto, a partir de 2005 o valor da produção agropecuária, em curva crescente, se descolou dos números do desmatamento, em queda. Mas a tendência, enfatiza o pesquisador, não elimina a necessidade de controle do gado em toda a cadeia produtiva.

Após o pacto entre Ministério Público Federal, pecuaristas e empresas para reduzir o desmatamento, o BNDES estabeleceu regras para liberar crédito ao setor. A partir de julho de 2014, no mínimo 75% do gado comprado por frigoríficos deverá apresentar garantia de que foi rastreado por três anos. A medida permite controlar a adoção de práticas sustentáveis, com obediência às leis ambientais, nas fazendas de engorda.

58-19/09/2014

Itaituba fervilha com promessa de desenvolvimento

Por **Andrea Vialli** | Para o Valor, de Itaituba (PA)

Tratores revolvem a terra sob um sol escaldante, num constante vai e vem para limar do chão os troncos de árvores e os últimos resquícios de vegetação amazônica. A alguns metros dali, uma fila de caminhões carregados de soja do Mato Grosso aguarda o momento para desembarcar os grãos, que seguirão seu caminho em grandes barcaças pelo rio Tapajós até encontrar os navios graneleiros e seguir viagem mundo afora.

O pequeno distrito de Miritituba, que faz parte do município de Itaituba, no oeste do Pará, foi escolhido por um grupo de empresas para sediar empreendimentos portuários, em um novo corredor logístico que promete escoar uma importante parcela da produção do agronegócio brasileiro. E toda a região vive a expectativa de se tornar a nova fronteira para a infraestrutura na Amazônia. Até 2022, a bacia do Tapajós, que se estende do Mato Grosso ao Pará, deve receber oito terminais portuários e seis usinas hidrelétricas, além da conclusão dos trabalhos de pavimentação da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém.

Com seus cerca de 100 mil habitantes, Itaituba fervilha com a promessa de uma nova era de desenvolvimento. A cidade, que tem 70% de sua economia baseada no garimpo de ouro, já passou por ciclos extrativistas que não trouxeram prosperidade perene, caso do próprio ouro, da madeira e da pecuária. Agora, a preocupação é de que o novo momento econômico traga um desenvolvimento mais ordenado para a cidade.

Uma onda migratória já está prevista - gente que vai chegar para trabalhar na construção das hidrelétricas e dos portos: a prefeitura do município estima que serão mais de 50 mil novos habitantes nos próximos dez anos. "Não queremos repetir a experiência de Altamira. Queremos desenvolvimento sim, mas ordenado, planejado" diz Nayá Fonseca, procuradora geral de Itaituba. Ela faz menção ao inchaço populacional enfrentado pelo município paraense a partir do início das obras da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu. Subitamente, Altamira viu sua população saltar de 100 mil habitantes (dados do Censo de 2010) para mais de 140 mil em pouco mais de dois anos.

Embora apenas um terminal portuário esteja operando e a maior parte dos empreendimentos ainda na fase de licenciamento ambiental, alguns efeitos do boom da infraestrutura já podem ser sentidos em Itaituba.

A cidade sente os efeitos da especulação imobiliária, com casas e terrenos sendo vendidos a preços inflacionados - uma casa que há um ano valia R\$ 300 mil hoje está à venda por R\$ 600 mil, e terrenos que custavam R\$ 400 mil hoje são oferecidos a R\$ 8 milhões. Nos últimos doze meses, o município também registrou um aumento de 50% nos atendimentos nos postos de saúde e em seu único hospital e já teme o aumento de casos de prostituição e uso de drogas como o crack. "Estamos revisando nosso plano diretor para que atenda a um planejamento urbanístico, com zonas bem definidas para abrigar a indústria e os serviços que virão com os portos", diz a procuradora.

O município também está engajado em uma agenda de desenvolvimento sustentável com empresas e ONGs. Entre as prioridades, estão a capacitação da mão de obra local e a aprovação de um plano de saneamento básico para Itaituba - no cenário atual, o esgoto corre a céu aberto até desembocar no Tapajós, a coleta de lixo é precária e o abastecimento de água chega a apenas 20% das residências.

Confiantes no futuro, trabalhadores já chegam para trabalhar nos terminais de carga. É o caso de José Castro Silva, gerente do pátio de triagem da estação de transbordo da Bunge em Miritituba - o primeiro terminal que entrou em operação, há quatro meses. Silva, que trabalhava no ramo da construção em Manaus, veio aproveitar a maré de progresso em Itaituba e os salários promissores para a região, entre R\$ 1,5 mil e R\$ 3 mil.

A princípio chegou sozinho, mas logo trouxe a esposa e três filhos para morar na cidade. "Aproveitei a oportunidade e estou satisfeito. Em Manaus a vida estava mais difícil, com trânsito e custo de vida alto" diz Silva.

Em poucos meses, a rotina da família se ajustou: a filha mais velha está matriculada em uma faculdade de administração em Itaituba e os planos incluem financiar uma casa. "Pretendo fincar raízes aqui", diz Silva, de olho no vai e vem dos caminhões que estacionam no pátio, cerca de 200 veículos, todos os dias - devem chegar a 400 por dia no auge da safra da soja.

A estação de transbordo da Bunge em Miritituba é fruto de uma parceria com o grupo Amaggi e faz parte de um investimento de R\$ 700 milhões em infraestrutura portuária e logística para escoar a produção de soja do Mato Grosso pelo Norte do país. "Essa nova rota de exportação, que privilegia o modal hidroviário, reduz em aproximadamente 20% a distância entre os grãos brasileiros e a Europa, desafogando o sistema logístico do Sudeste, que há muito tempo trabalha acima do limite", afirma Martus Tavares, vice-presidente de assuntos corporativos da Bunge.

Além do empreendimento da Bunge que já opera desde abril, outros dois terminais portuários receberam licenças ambientais e começam a ser construídos lado a lado em Miritituba. Um deles é a estação de transbordo da Cianport (joint-venture entre as empresas Fiagril e Agrosoja, ambas do Mato Grosso), um investimento de R\$ 37 milhões, que deve gerar 120 empregos diretos e indiretos. "A expectativa é movimentar 500 mil toneladas de grãos no início da operação de transbordo, prevista para julho de 2015, até atingir 4,5 milhões de toneladas em 2018", diz Luiz Antônio Pagot, consultor da Cianport.

Também teve início a construção de um terminal de cargas que será operado pela Hidrovias do Brasil S/A, empresa controlada pelo fundo P2 Brasil, criado por Pátria Investimentos e Promon. Os trabalhos de preparo do terreno começaram há cerca de 40 dias, e a previsão é de que o terminal entre em operação na safra 2015/2016.

A construção dos terminais portuários anima o empresariado local. Depois de realizar os trabalhos de terraplanagem e fornecer materiais de construção para o terminal da Bunge, a empresa Acari, de Itaituba, preparava - literalmente - o terreno para o empreendimento da Hidrovias do Brasil. "Montamos estrutura e reforçamos o maquinário para aproveitar as oportunidades, já que as empresas estão chegando com a intenção contratar mão de obra e prestadores de serviços da própria região", diz Hugo Márcio, sócio diretor da Acari.

A empresa começou com um negócio de extração de areia fundada pelo pai de Márcio e hoje emprega 80 pessoas em Itaituba - 25 só na terraplanagem do futuro terminal, com a perspectiva de 30 novas contratações para os próximos meses. "Os portos já estão movimentando nossa economia, e esperamos que isso continue com as hidrelétricas do Tapajós."

59-19/09/2014

ATIVIDADE MINERÁRIA SE FORTALECE EM SANTA CRUZ

O departamento de Santa Cruz, principal motor econômico da Bolívia, enfrenta o desafio de compatibilizar sua vocação produtiva com produção emergente da atividade de mineração de ouro, ferro e pedras preciosas. Essa é uma das conclusões do seminário sobre a Lei N° 535 de Mineração e Metalurgia, realizado hoje (18) pela Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo de Santa Cruz (Cainco) e pelo Ministério das Minas e Metalurgia (MMM).

Os royalties de mineração arrecadados em Santa Cruz, em 2012, ultrapassou US\$ 5,9 milhões, pelo câmbio de hoje. Em 2013, chegou a US\$ 5,74 milhões. Este ano, acumula US\$ 4,6 milhões até agosto, de acordo com dados oficiais fornecidos durante o evento pelo Serviço de Registro Nacional Controle e Comercialização de Minerais e Metais (Senarecom).

“A mineração é uma atividade relativamente nova, mas cada vez mais importante, em Santa Cruz, um departamento de mentalidade histórica de desenvolvimento produtivo no agronegócio”, disse o presidente da Cainco, Luis Fernando Barbery.

Santa Cruz, na fronteira com Mato Grosso, é rico em jazidas de ouro, reservas de minério de ferro do Mutún, também na fronteira com o Brasil, e depósitos de pedras preciosas em Gaiba.

Cerca de 150 representantes de cooperativas de mineração e operadores do setor privado participaram do seminário na Cainco, que assumiu a função de interlocutora entre operadores privados e o Estado.

No evento, técnicos e advogados do Ministério de Minas explicaram o funcionamento e a estrutura da Lei n° 535, aprovada em maio deste ano, e suas diferenças para o Código de Mineração anterior.

O seminário também tratou das novas atribuições do Serviço Geológico e Mineiro, a contribuição do setor de cooperativas e o papel da mineração na Agenda Patriótica do Bicentenário 2025, uma espécie de plano estratégico do país. As informações são do MMM.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

60-19/09/2014

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA REUNIRÁ MAIS DE 2.500 PARTICIPANTES

Programação em Salvador (BA) a partir do dia 21 de setembro irá divulgar a produção atual em temas relacionados às geociências

Salvador (BA) vai reunir, de 21 a 26 deste mês, mais de 2.500 participantes entre pesquisadores, professores, estudantes, gestores públicos, lideranças políticas,

empresários do setor mineral, petrolífero e de hidrogeologia no 47º Congresso Brasileiro de Geologia. O evento tem 2.074 trabalhos inscritos e terá quatro conferencistas internacionais (EUA, Holanda e Argentina).

A abertura, no Bahia Café Hall, localizado no Parque Ecológico de Pituvaçu, Iniciará às 19h com uma mesa solene que contará com a presença de autoridades do Estado da Bahia, patrocinadores e expositores, além da Comissão Organizadora do Congresso e do Presidente da Sociedade Brasileira de Geologia (SBG). Durante a solenidade, a SBG fará a premiação de associados que se destacaram em 2013 e 2014.

O congresso, organizado pela Sociedade Brasileira de Geologia (SBG), é o mais importante evento da comunidade geológica e tem como principal objetivo difundir os conhecimentos atuais das Geociências, por meio da divulgação de sua produção técnico-científica.

O evento proporciona um ambiente propício para a discussão de temas políticos envolvendo os setores de atuação dos profissionais nas áreas das Geociências, abre espaço para a geração de oportunidades de negócios envolvendo o setor mineral e petrolífero, fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM), do Ministério de Minas e Energia será representado por cerca de 200 pesquisadores que irão apresentar mais de 250 pesquisas técnico-científicas, sobre diversos temas. A instituição ainda fará o lançamento de três publicações durante o evento.

Saiba mais

- Metalogênese das Províncias Tectônicas Brasileiras. A CPRM, com essa iniciativa, traz a edição de mais um robusto volume da série metalogenia a partir da ótica dos mais renomados especialistas familiarizados com a metalogenia de cada província, tanto com atuação acadêmica ou mesmo na indústria de mineração. A publicação vem preencher significativa lacuna na literatura técnica especializada sobre minerais metálicos no território nacional. Inserido no Programa Geologia do Brasil, a obra tem como organizadores: Maria da Glória da Silva, Manoel Barretto da Rocha Neto, Hardy Jost e Raul Minas Kuyumjian.

- Minerais e Pedras Preciosas do Brasil, de autoria de Carlos Cornejo e Andrea Batorelli. A edição é uma reimpressão atualizada pela Solares Edições Culturais. Para a CPRM, o apoio à reedição da obra significa ampliar a divulgação e a compreensão da mineralogia, que encanta a todos que deparam com espécimes minerais, desde os mais usuais aos de raridade extrema. A iniciativa é mais uma das ações em comemoração aos 45 anos da CPRM, e faz parte das atividades de difusão do conhecimento e da diversidade da Geologia do Brasil.

- Geodiversidade na Educação, obra que apresenta um panorama da geodiversidade, com ênfase no acervo do Laboratório de Geologia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Estruturado com base numa exposição de amostras de minerais, rochas, fósseis, meteoritos e artefatos arqueológicos, a proposta é introduzir certos temas de geociências considerados fundamentais em muitas áreas e que são úteis para qualquer cidadão. Os organizadores Liccardo e Burigo são professores responsáveis por

disciplinas em vários cursos, buscando sempre explorar a relevância e a conexão da geodiversidade com as áreas de formação de diferentes profissionais.

Serviço Geológico do Brasil

61-19/09/2014

ANUÁRIO MINERAL GANHA PRÉ-LANÇAMENTO

A quarta edição do Anuário Mineral do Pará, a ser lançada no dia 12 de março de 2015, antevéspera do Dia da Mineração, terá como tema Mineração com Responsabilidade Social. A Vida é nossa maior riqueza, e como particularidade nesse contexto o fato de que as empresas do setor vão expor o que já fizeram e o que pretendem concretizar nas regiões de seus empreendimentos, acatando sugestões das comunidades nos municípios paraenses. Esse processo de concepção e desenvolvimento do Anuário Mineral do Pará 2015 foi anunciado por José Fernando Gomes, presidente do Sindicato das Indústrias da Minerais do Pará (Simineral), entidade responsável pela publicação, durante o pré-lançamento do Anuário, ontem à noite no Restô do Parque da Residência. O Anuário já conta com 18 empresas no projeto, entre patrocinadores e apoiadores.

Já anunciaram participação no projeto do Anuário Mineral do Pará 2015 as empresas: Vale, Hydro, Oyamota do Brasil, Transglobal, Santos Brasil, Alcoa, Brazauro Recursos Minerais, Imerys Rio Capim Caulim, Mineração Rio do Norte, Escritório Silveira Athias, Soriano de Melo, Guimarães e Scaff Advogados, Sinobras, Sotreq, Deltamaq, Alubar, Eko, JGS Corretores de Seguros, Linave e Votarantim Metais - Projeto Alumina Rondon.

O setor da mineração paraense envolve 16 empresas, que respondem por 271 mil empregos diretos e indiretos. Como destacou José Fernando Gomes, a mineração do Pará vai gerar mais 99 mil empregos até 2018, a partir de investimentos na ordem de US\$ 47 bilhões. José Fernando informou que como novidades do Anuário da Mineração está a confecção dessa publicação em papel de reflorestamento; reportagens abordando as três primeiras edições do Anuário; sobre a Comissão de Direito Minerário da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Pará (OAB-PA); sobre os 35 anos de funcionamento da Mineração Rio de Norte e acerca dos dez anos da mina de Cobre da Vale em Cachimbo.

Fonte: O Liberal

62-19/09/2014

De Beers: oferta de diamantes deve cair em 5 anos, preços podem espiralar

A sul-africana De Beers, que um dia controlou o comércio mundial de diamantes com mão de ferro, avisa que se novas grandes descobertas não forem feitas, a oferta de diamantes será bem menor do que a procura em menos de 5 anos. Em outras palavras: os preços do diamante podem subir à estratosfera.

A informação está contida no Diamond Insight Report publicado pela De Beers. O relatório afirma categoricamente que as descobertas atuais não estão suprindo na mesma proporção do consumo. A causa desta previsão é conhecida. As grandes minas de Botswana, África do Sul, Namíbia e Austrália estão atingindo a exaustão ou reduzindo a produção em função de problemas tecnológicos, custos elevados e lavras subterrâneas profundas.

A falta de pesquisa mineral para diamantes desde 2008 é o principal fator da não descoberta de novas jazidas kimberlíticas nos últimos anos. O fenômeno foi intensamente sentido no Brasil. Em 2008 o nosso país vivia momentos de grande agitação na pesquisa de diamantes com grandes descobertas feitas pelas junior companies D10, Octa Mineração, e Vaaldiam.

Com a crise veio a falta de financiamentos e todos os principais projetos e descobertas foram simplesmente paralisadas. Voltamos a estaca zero. Hoje, em função da ausência de minas primárias de diamantes o Brasil é relegado pelas mineradoras como pouco prospectável para diamantes primários, uma verdadeira falácia criada pela crise que quebrou as empresas de pesquisa. O que veremos, em poucos anos no Brasil e no mundo, é a retomada da pesquisa mineral com foco no diamante primário.

Possivelmente veremos, também, o retorno das grandes empresas como a De Beers e Rio Tinto que um dia fecharam os seus programas e saíram, com o rabo no meio das pernas, deixando para trás inúmeros desempregados.

Fonte: www.geologo.com.br

63-19/09/2014

Preço do minério de ferro volta a recuar na China com compradores seletivos

Reuters

CINGAPURA (Reuters) - Os preços do minério de ferro no mercado à vista na China caíram nesta quinta-feira, com operadores mais seletivos em seus negócios, considerando oferta abundante e preços mais fracos.

"No passado, as siderúrgicas estavam bem flexíveis sobre o tamanho e a data da entrega das cargas, mas agora elas estão tentando gerenciar seus estoques e o seu fluxo de caixa", disse um operador de minério de ferro em Xangai.

O minério de ferro para entrega imediata na China recuou 1,4 por cento, para 83 dólares a tonelada, caindo mais após disparar quase 4 por cento na segunda-feira, segundo dados do Steel Index.

Uma disparada nos preços do aço durante o último fim de semana ajudou a elevar os preços do minério de ferro na segunda-feira, mas desde então eles recuaram.

Na semana passada, o minério de ferro atingiu 81,90 dólares por tonelada, o nível mais baixo desde setembro de 2009, com o aumento da oferta das maiores mineradoras e uma crescimento da demanda mais lento na China, maior importador global.

64-19/09/2014

Minério de ferro devolve ganhos da semana e cai a nova mínima de 5 anos

Reuters

CINGAPURA (Reuters) - O preço do minério de ferro para entrega imediata na China registrou nova mínima de cinco anos nesta sexta-feira, em meio a um excedente de oferta e uma fraca demanda por aço no país.

O minério com 62 por cento de teor de ferro caiu 1,6 por cento, para 81,70 dólares por tonelada, menor cotação desde 21 de setembro de 2009, segundo dados do Steel Index.

O índice, que serve de referência para a indústria, recuou nos últimos quatro dias, após um repique de 4 por cento na segunda-feira. A alta foi impulsionada por ganhos, no último final de semana, nos preços à vista do aço, que desde então têm recuado.

"A recomposição de estoques pelas siderúrgicas chinesas ficou confinada a pequenos lotes nesta semana e as recentes medidas de estímulo econômico não melhoraram ainda o sentimento do mercado de forma marcante", disseram analistas do Australia and New Zealand Banking Group em uma nota.

O banco central chinês ofereceu esta semana empréstimos de 500 bilhões de iuanes (81,5 bilhões de dólares) para grandes bancos, em uma tentativa de impulsionar a economia em desaceleração.

(Por Manolo Serapio Jr)

